

Na Ambev, dividir sonhos é multiplicar resultados.

2010 foi um ano de muitas realizações. E 2011 não vai ser diferente. Porque nós da Ambev acreditamos que grandes sonhos somados a gente excelente sempre trazem os melhores resultados.

Investimentos

- 2 bilhões em produção e distribuição
- Geração de quase 2 mil novos empregos
- 13,2 bilhões em tributos gerados
- 22,5 milhões em treinamento e capacitação de funcionários

Meio Ambiente

- Lançamento do Movimento CYAN, com adoção de Bacia Hidrográfica e estudo da pegada hidrológica
- Lançamento de metas para 2012: redução da emissão de CO₂ (10%), redução do consumo de água (11%) e aumento do reaproveitamento dos resíduos (99%)

Consumo Responsável

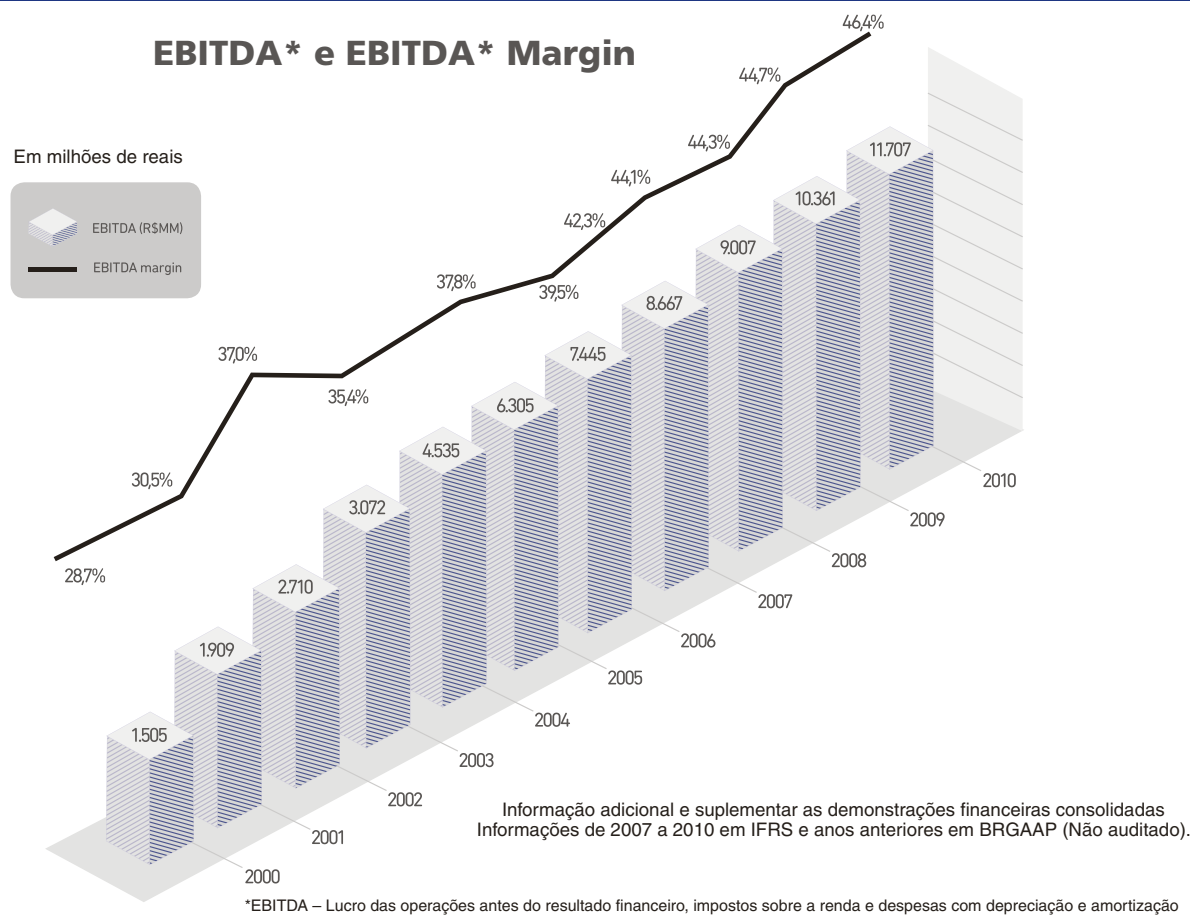
- Lançamento do programa Jovens de Resposta: parceria com as ONGs Casa do Zezinho, CUFA, Unas e Bola pra Frente, para prevenir o uso abusivo do álcool
- Dia de Resposta: mobilização de todos os funcionários e doação de 9 mil bafômetros

Prêmios

- Eleita empresa da década (Agência Estado)
- Troféu Transparência (ANEFAC)
- Maior empresa de bens de consumo (Melhores e Maiores Exame)
- Entre as melhores para trabalhar (Guia Você Exame)
- Uma das mais admiradas (CartaCapital)
- Entre as 10 empresas dos sonhos dos jovens (Cia. de Talentos), entre outros



EBITDA* e EBITDA* Margin



A AmBev está presente em 14 países e é a quarta maior cervejaria do mundo em volume de vendas. Nossa marca líder no mercado brasileiro, a Skol, é uma das três cervejas mais consumida no mundo. Ocupamos ainda o quarto lugar no ranking das empresas brasileiras de capital aberto com maior valor de mercado. No Brasil foram quase 2 mil novos empregos gerados em 2010 e 13,2 bilhões de reais em impostos gerados.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas

O ano de 2010 foi positivo para AmBev. No Brasil a companhia teve um resultado expressivo, impulsionado pelo ambiente macroeconômico favorável e ganhos de *market share* no mercado de cerveja. A América Latina Sul também obteve bons resultados, suportada por um forte crescimento de receita, enquanto o Canadá, que enfrentou um cenário desafiador em virtude de um fraco desempenho da indústria, conseguiu entregar resultados estáveis.

O EBITDA consolidado cresceu 13,5% em 2010, se comparado a 2009, atingindo R\$11.707,0 milhões, com crescimento de 6,7% no volume consolidado. O crescimento de 6,0% da receita por hectolitro, combinado com o aumento dos custos por hectolitro de 6,9% e com o aumento de apenas 8,6% nas despesas gerais, com vendas e administrativas totais, principalmente devido a um aumento nos investimentos no mercado e custos logísticos no Brasil, resultou numa melhoria da margem de EBITDA de 10 pontos base no ano.

No Brasil, o nosso foco em inovações e o crescimento da indústria auxiliaram nosso negócio de cerveja, resultando em crescimento de 10,7% em volume e de 18,0% no EBITDA em 2010, com um declínio na margem de 10 pontos base. Ao mesmo tempo, nosso negócio de RefrigeNanc (Refrigerantes e bebidas não carbonatadas e não alcoólicas) teve crescimento de volume de 7,9% principalmente devido ao crescimento da indústria. O EBITDA de RefrigeNanc cresceu 7,6% no período, com uma contração de margem de 180 pontos base como resultado do aumento do custo do açúcar e da resina plástica.

A operação de América Latina Sul de cerveja obteve bons resultados no ano suportado por uma melhoria no ambiente econômico na região em geral com um crescimento de volume de 3,9%, enquanto o fraco desempenho da indústria de RefrigeNanc gerou uma queda do nosso volume de 4,2% nesse segmento. Tivemos um crescimento de 15,7% de EBITDA e uma contração de margem de 20 pontos base. "A qualidade de nossas marcas e de nossa gente e o desempenho das cervejas *premium* foram fundamentais para dar suporte ao forte crescimento de EBITDA em toda a região" comenta Bernardo Paiva, CEO da América Latina Sul.

Na América do Norte tivemos um ano caracterizado por uma indústria fraca. No entanto, nosso gerenciamento de custos fixos e ganhos de eficiência compensou a queda de receita, o que resultou em um leve crescimento de EBITDA de 1,4%.

O caixa gerado pelas operações atingiu R\$11,6 bilhões crescendo 9,9% no ano, devido ao nosso desempenho de EBITDA, à melhora no gerenciamento do capital empregado e ao melhor resultado financeiro. "Nosso foco no capital empregado e o forte desempenho em 2010 resultou num endividamento líquido menor e numa posição financeira ainda mais sólida", comenta Nelson Jamel, Diretor Financeiro da AmBev.

Continuamos comprometidos em encontrar a melhor maneira de criar valor para nossos acionistas. Em 2010 pagamos R\$5.007,3 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio. João Castro Neves, Diretor Geral da AmBev, comenta: "Nossos resultados em 2010 confirmam que nossa estratégia e nossa execução no mercado fizeram a diferença. Continuamos focados em realizar economias na nossa operação buscando melhorar nossa eficiência por meio de controle de despesas e custos para reinvestir no mercado, e com isso nos conectarmos ainda mais e melhor com nossos consumidores. Sem dúvida essas conquistas são resultado do comprometimento e da qualidade da nossa gente".

Visão Geral da Companhia de Bebidas das Américas – AmBev

Com operações em 14 países nas três Américas, a AmBev é a quarta maior cervejaria do mundo e a líder do mercado latino americano em volume. As operações da Companhia consistem na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes, outras bebidas não alcoólicas e malte, dividindo-se em três unidades de negócio:

- Operações Brasil, representadas pelas vendas de (i) cerveja ("Cerveja Brasil"); (ii) refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas ("RefrigeNanc"); e (iii) malte e sub-produtos;
- América Latina Hispânica (HILA), dividida em duas operações: (i) América Latina Sul, composta por operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e (ii) HILA excluindo América Latina Sul (denominada HILA-Ex), composta pelas operações da Companhia em El Salvador, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Venezuela; e
- América do Norte, representada pelas operações da Labatt Brewing Company Limited ("Labatt"), incluindo vendas de cerveja no Canadá e exportações para os Estados Unidos ("EUA").

As principais marcas da AmBev incluem Skol (a terceira cerveja mais consumida no mundo), Brahma, Antarctica, Bohemia, Original, Quilmes, Labatt Blue, e Guaraná Antarctica. Além disso, a AmBev é a maior engarrafadora da PepsiCo no mundo. Com efeito a Companhia produz, vende e distribui os produtos Pepsi no Brasil e em outros países da América Latina, incluindo Pepsi, H2OH!, Lipton Ioe Tea e o isotônico Gatorade.

O risco de crédito da AmBev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém a classificação de grau de investimento segundo a Standard and Poor's, a Fitch e a Moody's Ratings.

Conjuntura Econômica

Em 2010 o ambiente econômico foi favorável na maioria dos países em que operamos. No Brasil, o mais importante mercado da AmBev, a economia foi impulsionada pela demanda interna, e o crescimento da renda disponível acima da inflação beneficiou a indústria de cerveja e de RefrigeNanc.

Esse fator contribuiu para um aumento significativo do crescimento de volume de Cerveja Brasil (10,7%) e de RefrigeNanc (7,9%). Na Argentina, o terceiro maior mercado da AmBev, entregamos outro ano de bom crescimento de EBITDA, com uma melhoria no ambiente macroeconômico, porém com fraco desempenho do volume de RefrigeNanc.

No Canadá os volumes diminuíram 3,2%, principalmente devido ao desempenho negativo da indústria.

Investimentos

No ano de 2010 a AmBev investiu R\$ 2.286,8 milhões em aumento de capacidade, na compra de ativos comerciais e na construção de novas fábricas, as quais entraram em operação ainda em 2010.

Investimentos em Controladas

Em 20 de outubro de 2010, a AmBev e a Cerveceria Regional S.A. concluíram uma operação na qual combinaram seus negócios na Venezuela, sendo que os acionistas controladores da Cerveceria Regional passaram a ter uma participação de 85,0% e a AmBev os 15,0% restantes no novo negócio, participação esta que pode ser aumentada para 20,0% nos próximos quatro anos.

Meio Ambiente

A AmBev procura desenvolver suas atividades econômicas de maneira ecoeficiente. Ao mesmo tempo em que busca uma maior competitividade na produção de bebidas, utiliza tecnologias, matérias-primas e processos que visam a minimizar o impacto ambiental. Para tanto, estabelece indicadores que são sistematicamente monitorados. Somos referência no uso racional de água. Em 2010, destacaram-se as unidades de Brasília (DF), Goiânia (GO), Camaçari (BA) e Curitiba (PR). Na produção de refrigerante, destacaram-se as unidades de Jundiá (SP) e Sapucaia (RS) que utilizaram para a produção de 1 litro de bebida 1,56 litro de água, cada uma. Como resultado de projetos de desenvolvimento de fontes alternativas de energia, 26% da matriz energética da AmBev para geração de energia calorífica é composta de combustíveis provenientes de fontes renováveis. Para 2011, a companhia tem projetos de implantação de caldeiras de biomassa em novas plantas.

A Companhia realizou em 2010 a segunda edição do "Energy Saving Day", campanha realizada em várias fábricas com controles direcionados para identificar e eliminar desperdícios de energia, cujo resultado foi uma economia de R\$ 2,1 milhões durante o ano. Patrocinamos um dos maiores centros de Reciclagem da América Latina e reaproveitamos mais de 98,2% dos resíduos industriais na forma de subprodutos, o que gerou, em 2010, uma receita de R\$ 86,9 milhões nas nossas operações no Brasil. Continuamos desenvolvendo alternativas de agregar valor aos nossos resíduos como estratégia de conciliar benefícios ambientais (com a redução de resíduos descartados) e econômicos (com a venda de subprodutos).

Recursos Humanos

A AmBev chegou ao final de 2010 com aproximadamente 44,9 mil funcionários: 32,1 mil no Brasil e em Hila-Ex, 4,8 mil no Canadá e 8,0 mil nas unidades da América Latina Sul.

A AmBev investe permanentemente no desenvolvimento de nossa gente. Em 2010, a Universidade AmBev (UA) realizou treinamentos específicos (técnicos, comportamentais e de idiomas) para 40.000 funcionários e distribuidores, totalizando mais de 38.147 horas de treinamento. No Brasil, os funcionários contam ainda com os investimentos da Fundação Antonio e Helena Zerrenner (Fundação Zerrenner) em mais de 1.189 bolsas de estudo de graduação, pós-graduação e nível técnico.

A Fundação Zerrenner também oferece o programa Vida Legal, que estimula hábitos saudáveis, ações preventivas de saúde e tratamento de doenças crônicas, prestando ainda outros benefícios a seus funcionários e dependentes, com destaque para os planos de assistência médica, hospitalar e odontológica.

Dividendos e Ações

O estatuto social da AmBev prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 35% do lucro líquido anual da Companhia, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre capital próprio. No ano calendário de 2010, foram distribuídos R\$5.007,3 milhões em dividendos, incluindo juros sobre capital próprio, além disso, propusemos à AGO a aprovação de R\$4.290,3 milhões em dividendos a serem pagos durante o ano de 2011 totalizando R\$9.297,6 milhões, que representa 123% do lucro líquido reportado no exercício. Em 2010 a companhia não recomprou ações no mercado.

Na BM&FBOVESPA foram negociados aproximadamente R\$16,2 bilhões em ações preferenciais (PN) e R\$1,6 bilhão em ações ordinárias (ON). Em um ano em que o índice Bovespa teve aumento de 1,04%, nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$50,5 (PN) e R\$43,4 (ON) após desdobramento de 5:1, o que representa uma valorização de 44,8% e 47,1%, respectivamente, em comparação com o fechamento de 2009.

Destaque Financeiros de 2010

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada e em milhões de Reais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As comparações referem-se ao ano de 2009.

Nosso relatório segrega o impacto orgânico do resultado que não inclui o resultado das mudanças de escopo e diferenças de câmbio na comparação do desempenho com o mesmo período do ano anterior. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições ou vendas de ativos, assim como o início ou término de atividades e alterações de estimativas contábeis.

- O EBITDA consolidado da AmBev atingiu R\$11.707,0 milhões, crescendo 13,5%.
- O lucro líquido normalizado da AmBev foi R\$7.712,2 milhões com crescimento de 33,2%.

- A participação da AmBev no mercado de cervejas brasileiro em 2010, segundo a ACNielsen, foi de 70,1% (2009: 68,7%). O volume de Cerveja Brasil cresceu 10,7% e a receita por hectolitro atingiu R\$169,0.
- Nossa operação de RefrigeNanc entregou um EBITDA de R\$1.370,6 milhões com margem de 47,8%, o que representa um crescimento de 7,6% no EBITDA apesar da queda de 180 pontos base na margem pressionada principalmente pela alta do açúcar e pela resina PET.
- HILA-Ex entregou um EBITDA negativo de R\$55,7 milhões.
- As operações na América Latina Sul registraram EBITDA de R\$1.764,0 milhões, o que representou um crescimento orgânico de 15,7%, refletindo o crescimento de 20,0% no negócio de cerveja parcialmente compensado por uma redução de 8,8% em RefrigeNanc.
- A Labatt contribuiu com um EBITDA de R\$1.508,1 milhões em 2010, um crescimento de 1,4% suportado pela redução nos custos e despesas que compensaram a redução no volume e receita.

Destaque Financeiros – Consolidado	12M09	12M10	% Reportado	% Orgânico
Total volumes	154.722,3	165.142,5	6,7%	6,7%
Cerveja	110.686,5	119.158,6	7,7%	7,9%
RefrigeNanc	44.035,8	45.984,0	4,4%	3,8%
Receita Líquida	23.194,0	25.233,3	8,8%	13,2%
Lucro Bruto	15.462,1	16.784,3	8,6%	12,7%
Margem bruta	66,7%	66,5%	-10 bps	-30 bps
EBITDA	10.557,7	11.590,1	9,8%	10,2%
Margem EBITDA	45,5%	45,9%	40 bps	-120 bps
EBITDA Normalizado	10.361,1	11.707,0	13,0%	13,5%
Margem EBITDA Normalizado	44,7%	46,4%	170 bps	10 bps
Lucro Líquido – AmBev	5.986,0	7.561,4	26,3%	
Lucro Líquido Normalizado – AmBev	5.789,5	7.712,2	33,2%	
No. de ações em circulação (milhões)	3.082,2	3.103,2		
LPA (R\$/ação)	1,94	2,44	25,5%	
LPA Normalizado	1,88	2,49	32,3%	

Nota: O cálculo do lucro por ação é baseado nas ações em circulação (total de ações existentes, menos ações em tesouraria).

Destaque Financeiros por Segmento de Negócios

As tabelas abaixo apresentam os destaques financeiros consolidados por segmento de negócios. Os resultados apresentados referem-se aos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Brasil Consolidado – R\$ milhões	12M09	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	12M10	Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	103.397,8			10.327,8	113.725,6	10,0%	10,0%
Receita Líquida	14.632,1			2.514,5	17.146,5	17,2%	17,2%
CPV	(4.411,3)	(101,7)		(908,0)	(5.420,9)	22,9%	20,6%
Lucro Bruto	10.220,8	(101,7)		1.606,5	11.725,6	14,7%	15,7%
Margem Bruta	69,9%				68,4%	-150 bps	-90 bps
SG&A Total	(4.384,5)	20,7		(502,2)	(4.865,9)	11,0%	11,5%
Outras Rec Operacionais	523,6	126,0		(15,4)	634,2	21,1%	-2,9%
EBIT Normalizado	6.359,9	45,1		1.088,9	7.493,9	17,8%	17,1%
Margem EBIT normalizado	43,5%				43,7%	20 bps	bps
EBITDA Normalizado	7.138,3	197,3		1.155,0	8.490,6	18,9%	16,2%
Margem EBITDA Normalizado	48,8%				49,5%	70 bps	-40 bps

HILA-Ex – R\$ milhões	12M09	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	12M10	Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl) – Total	6.398,2	(269,3)		202,1	6.331,0	-1,1%	3,3%
Receita Líquida	782,1	(133,6)	(181,4)	96,9	564,0	-27,9%	14,9%
CPV	(489,5)	89,8	123,3	(96,5)	(372,9)	-23,8%	24,2%
Lucro Bruto	292,7	(43,8)	(58,1)	0,3	191,0	-34,7%	0,1%
Margem Bruta	37,4%				33,9%	ns	ns
SG&A Total	(471,7)	74,5	122,7	(42,7)	(317,3)	-32,7%	10,8%
Outras Desp/Rec Operacionais	25,9	0,8	(2,9)	(20,7)	3,1	-88,1%	-77,6%
EBIT Normalizado	(153,2)	31,4	61,6	(63,1)	(123,2)	-19,6%	ns
Margem EBIT normalizado	-19,6%				-21,8%	ns	ns
EBITDA Normalizado	(58,4)	14,8	43,0	(55,0)	(55,7)	-4,8%	ns
Margem EBITDA Normalizado	-7,5%				-9,9%	ns	ns

LAS Consolidado – R\$ milhões	12M09	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	12M10	Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	33.318,7	305,8		229,9	33.854,3	1,6%	0,7%
Receita Líquida	3.826,5	21,4	(608,2)	617,6	3.857,3	0,8%	16,1%
CPV	(1.490,8)	(12,7)	238,8	(235,6)	(1.500,3)	0,6%	15,8%
Lucro Bruto	2.335,8	8,6	(369,3)	381,9	2.357,0	0,9%	16,4%
Margem Bruta	61,0%				61,1%	10 bps	10 bps
SG&A Total	(855,1)	(4,3)	136,4	(138,4)	(861,3)	0,7%	16,2%
Outras Desp/Rec Operacionais	(14,7)	(0,1)	5,3	(4,4)	(13,9)	-5,3%	30,0%
EBIT Normalizado	1.466,0	4,2	(227,6)	239,2	1.481,7	1,1%	16,3%
Margem EBIT normalizado	38,3%				38,4%	10 bps	10 bps
EBITDA Normalizado	1.756,2	4,5	(272,2)	275,4	1.764,0	0,4%	15,7%
Margem EBITDA Normalizado	45,9%				45,7%	-20 bps	-20 bps

Canadá – R\$ milhões	12M09	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	12M10	Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	11.607,5			(375,9)	11.231,6	-3,2%	-3,2%
Receita Líquida	3.953,3		(94,4)	(193,4)	3.665,6	-7,3%	-4,9%
CPV	(1.340,4)		29,7	155,8	(1.154,9)	-13,8%	-11,6%
Lucro Bruto	2.612,9		(64,6)	(37,6)	2.510,7	-3,9%	-1,4%
Margem Bruta	66,1%				68,5%	240 bps	240 bps
SG&A Total	(1.308,8)		30,7	87,2	(1.190,9)	-9,0%	-6,7%
Outras Desp/Rec Operacionais	4,4		(0,0)	(2,9)	1,5	-65,4%	-64,4%
EBIT Normalizado	1.308,6		(34,0)	46,7	1.321,3	1,0%	3,6%
Margem EBIT normalizado	33,1%				36,0%	290 bps	290 bps
EBITDA Normalizado	1.525,0		(38,8)	21,9	1.508,1	-1,1%	1,4%
Margem EBITDA Normalizado	38,6%				41,1%	260 bps	260 bps

Operações Brasil

Brasil – Cerveja – R\$ milhões	12M09	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	12M10	Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	76.277,6			8.198,0	84.475,6	10,7%	10,7%
Receita Líquida	12.064,7			2.214,6	14.279,3	18,4%	18,4%
CPV	(3.411,9)	(77,3)		(678,1)	(4.167,3)	22,1%	19,9%
Lucro Bruto	8.652,8	(77,3)		1.536,5	10.112,0	16,9%	17,8%
Margem Bruta	71,7%				70,8%	-90 bps	-40 bps
SG&A Total	(3.754,4)	22,3		(526,0)	(4.258,2)	13,4%	14,0%
Outras Rec Operacionais	392,5	116,8		(7,3)	501,9	27,9%	-1,9%
EBIT Normalizado	5.290,8	61,7		1.003,1	6.355,7	20,1%	19,0%
Margem EBIT normalizado	43,9%				44,5%	70 bps	20 bps
EBITDA Normalizado	5.883,7	176,9		1.059,4	7.120,1	21,0%	18,0%
Margem EBITDA Normalizado	48,8%				49,9%	110 bps	-10 bps

continua ➡



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Brasil – Refrigenanc – R\$ milhões	12M09	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	12M10	% Reportado	% Orgânico
Volume (’000 hl)	27.120,3			2.129,7	29.250,0	7,9%	7,9%
Receita Líquida	2.567,4			299,9	2.867,3	11,7%	11,7%
CPV	(999,4)	(24,4)		(229,9)	(1.253,7)	25,4%	23,0%
Lucro Bruto	1.568,0	(24,4)		70,0	1.613,6	2,9%	4,5%
Margem Bruta	61,1%				56,3%	-480 bps	-390 bps
SG&A Total	(630,0)	(1,5)		23,8	(607,7)	-3,5%	-3,8%
Outras Rec Operacionais	131,1	9,2		(8,1)	132,3	0,9%	-6,1%
EBIT Normalizado	1.069,1	(16,7)		85,8	1.138,2	6,5%	8,0%
Margem EBIT normalizado	41,6%				39,7%	-190 bps	-140 bps
EBITDA Normalizado	1.254,6	20,4		95,6	1.370,6	9,2%	7,6%
Margem EBITDA Normalizado	48,9%				47,8%	-110 bps	-180 bps

Análise do Desempenho Financeiro em 2010

Receita Líquida

A receita líquida apresentou aumento de 13,2% em 2010, atingindo R\$25.233,3 milhões.

Operações Brasil

A receita líquida gerada pela principal unidade de negócios da AmBev, representada por nossas operações de Cerveja e RefrigeNanc no Brasil cresceu 17,2%, chegando a R\$17.146,5 milhões. O desempenho de cada operação é apresentado a seguir.

Cerveja

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2010 subiu 18,4%, acumulando R\$14.279,3 milhões. Os principais elementos que contribuíram para esse crescimento foram:

– Crescimento de 10,7% no volume de vendas, refletindo um fortalecimento da indústria em relação aos anos anteriores, devido principalmente ao aumento da renda do consumidor, e ao impacto positivo do nosso ganho de participação de mercado decorrente sobretudo de inovações de produtos.

– Crescimento de 6,9% da receita por hectolitro, que chegou a R\$169,0. Esse crescimento foi consequência principalmente do aumento de preços em linha com a inflação.

RefrigeNanc

A receita líquida gerada pela operação de RefrigeNanc em 2010 cresceu 11,7%, atingindo R\$2.867,3 milhões. Os principais elementos que contribuíram para esse crescimento foram:

– Crescimento de 7,9% no volume de vendas, suportado pelo crescimento desse mercado.

– Aumento de 3,5% da receita por hectolitro, que chegou a R\$98,0. Esse aumento foi afetado positivamente pelo reposicionamento de preços implementado ao longo de 2010.

HILA-Ex

As operações da AmBev em HILA-Ex apresentaram um aumento da receita líquida em 2010 de 14,9%, acumulando R\$564,0 milhões. O principal elemento que contribuiu para o crescimento da receita foi o aumento da receita por hectolitro devido ao reajuste de preços em linha com a inflação.

América Latina Sul

As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$3.857,3 milhões para a receita consolidada da AmBev, representando um crescimento de 16,1%. O principal fator que contribuiu para o aumento da receita foi o crescimento de 15,2% na receita por hectolitro, alcançando R\$113,9. Esse aumento foi decorrente do aumento de preços, combinado com um forte desempenho de nossas marcas *premium*.

América do Norte

As operações da Labatt contribuíram com R\$3.665,6 milhões para a receita consolidada da AmBev, uma redução orgânica de 4,9% em relação ao ano anterior. Esse resultado é decorrente da queda de 1,7% da receita por hectolitro devido à forte atividade promocional no mercado canadense associado à desaceleração da indústria e, à perda de participação de mercado, que levou a uma queda de 3,2% nos volumes da Labatt.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos da AmBev em 2010 teve um crescimento de 14,2%, acumulando R\$8.449,0 milhões.

Brasil

O custo dos produtos vendidos na unidade de negócios Brasil acumulou R\$5.420,9 milhões, crescendo 20,6%.

Cerveja

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil cresceu 19,9%, chegando a R\$4.167,3 milhões, enquanto o custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 8,0%. Os principais fatores que contribuíram para este aumento foram (i) pior *hedge* de moeda em relação ao ano anterior; (ii) latas importadas devido a falta de capacidade da indústria local, (iii) maior *mix* de descartáveis e (iv) inflação.

RefrigeNanc

O custo dos produtos vendidos da operação de RefrigeNanc no Brasil aumentou 23,0% chegando a R\$1.253,7 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 13,9% totalizando R\$42,9, impactado por (i) pior *hedge* de moeda em relação ao ano anterior; (ii) maiores preços de PET e açúcar, e (iii) inflação.

HILA-ex

O custo dos produtos vendidos nas operações da AmBev na HILA-ex aumentou 24,2% chegando a R\$372,9 milhões. Os principais impactos que explicam esse aumento são (i) o crescimento de 3,3% do volume, (ii) a desvalorização da moeda venezuelana impactando o preço de commodities dolarizadas, e (iii) a inflação geral na região.

América Latina Sul

A América Latina Sul teve um aumento de 15,2% no custo dos produtos vendidos de R\$1.500,3 milhões em 2010, representando um crescimento do custo dos produtos vendidos por hectolitro de 14,9%, dos quais 9,4% na cerveja e 23,6% no RefrigeNanc. Os principais efeitos que explicam esse aumento são: (i) maiores preços de commodities, e (ii) inflação geral e maiores gastos com salários, principalmente na Argentina.

América do Norte

O custo dos produtos vendidos da Labatt no ano apresentou uma redução de 11,6% em 2010 totalizando R\$1.154,9 milhões. Essa queda se deve principalmente a (i) menores custos de commodities (principalmente alumínio, milho e arroz); (ii) iniciativas de produtividade, e (iii) ganhos relativos ao fechamento da fábrica de Hamilton.

Lucro Bruto

A AmBev alcançou um lucro bruto de R\$16.784,3 milhões, representando um crescimento de 12,7%.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com Vendas, Gerais e Administrativas da AmBev totalizaram R\$7.235,5 milhões, crescendo 8,6%. A análise da evolução dessas despesas em cada unidade de negócios é exposta a seguir.

Brasil

As despesas com Vendas, Gerais e Administrativas no Brasil somaram R\$4.865,9 milhões, aumentando 11,5%.

Cerveja

As despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$4.258,2 milhões, apresentando um crescimento de 14,0%. Os principais elementos que geraram o crescimento de tais despesas operacionais foram (i) o crescimento do volume; (ii) maiores custos logísticos em função do maior crescimento das regiões Norte e Nordeste; (iii) maior participação da distribuição direta, (iv) menor provisão de bônus; e (v) inflação.

RefrigeNanc

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas para RefrigeNanc acumularam R\$607,7 milhões, uma redução de 3,8% no período devido principalmente a menor provisão para bônus.

HILA-Ex

As despesas com Vendas, Gerais e Administrativas das operações da AmBev na HILA-Ex somaram R\$317,3 milhões, um aumento de 10,8%, resultado do aumento do volume e da inflação geral na região

América Latina Sul

As despesas com Vendas, Gerais e Administrativas na América Latina Sul acumularam R\$861,3 milhões, crescendo 16,2% devido a maiores gastos com transporte e salários decorrente principalmente da alta inflação argentina, além de maiores despesas com marketing na região.

América do Norte

As despesas da Labatt com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$1.190,9 milhões, uma redução de 6,7% como resultado de (i) queda no volume de vendas; (ii) fechamento da fábrica de Hamilton, e (iii) menor provisão para remuneração variável.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 representou um ganho de R\$624,9 milhões, comparado ao ganho de R\$539,3 milhões registrado em 2009. O resultado é composto principalmente por: (i) ganho de R\$415,1 milhões relacionado a incentivos fiscais de ICMS; (ii) ganho de R\$52,3 milhões relacionado a créditos fiscais recuperados de anos passados; e (iii) ganho de R\$155,1 milhões devido ao ajuste a valor presente dos incentivos fiscais de financiamento de ICMS.

Outras receitas/(despesas) operacionais – Em milhões de R\$	12M10	12M09
Subvenção governamental	415,1	303,7
Outros créditos tributários	52,3	127,2
(Adições)/reversões de provisões	(8,4)	14,6
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado	20,9	29,8
Outras receitas (despesas) operacionais	145,1	63,9
Total	624,9	539,3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(em milhões de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
Ativo		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	2010	2009	01/01/2009	2010	2009
Ativo não corrente											
Imobilizado	14	3.185,9	2.717,9	2.623,9	7.032,3	6.595,1					
Ágio	15	280,4	289,5	287,5	17.441,9	17.527,5					
Ativo intangível	16	261,1	287,5	314,2	1.823,2	1.932,6					
Investimentos	13	25.870,2	24.078,0	25.304,8	18,5	24,3					
Aplicações financeiras	17	20,3	16,1	15,7	208,7	246,9					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	588,1	869,4	1.091,5	1.089,8	1.368,5					
Benefícios a funcionários	25	16,9	13,7	19,9	20,9	13,7					
Contas a receber e demais contas a receber	20	1.946,6	1.974,7	2.476,0	2.132,1	2.089,3					
		32.169,5	30.246,8	32.133,5	29.767,4	29.797,9					
Ativo corrente											
Aplicações financeiras	17	1.067,5	–	–	1.069,3	73,3					
Estoques	19	960,6	724,2	723,0	1.905,2	1.488,1					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		55,3	638,9	232,6	181,2	986,1					
Contas a receber e demais contas a receber	20	1.895,0	1.927,2	2.015,0	3.794,1	3.652,5					
Caixa e equivalentes a caixa	21	1.617,7	1.416,6	826,8	5.909,3	4.042,9					
Ativos mantidos para venda	22	49,4	57,6	65,3	51,8	60,2					
		5.645,5	4.764,5	3.862,7	12.910,9	10.303,1					
Total do ativo		37.815,0	35.011,3	35.996,2	42.678,3	40.101,0					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ambev

Companhia de Bebidas das Américas – AmBev

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 02.808.708/0001-07 – NIRE 35.300.157.770

Recitas e (despesas) especiais

Despesas especiais totalizaram R\$150,8 milhões em 2010 devido principalmente a (i) custos referentes a transação de combinação de negócios na Venezuela, e (ii) despesas com o fechamento da fábrica de Hamilton no Canadá, comparado a R\$196,6 milhões de recitas especiais em 2009 principalmente devido a ganhos com o licenciamento perpétuo das marcas da família Labatt nos Estados Unidos.

Recitas (despesas) especiais – R\$ milhões	12M10	12M09
Reestruturação	(45,7)	(42,8)
Custo com transação na Venezuela	(55,9)	-
Indenização – cessão de marcas	–	239,4
Despesas com fechamento da fábrica Hamilton Brewery no Canadá	(46,2)	-
Outros	(3,1)	-
Total	(150,8)	196,6

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$319,4 milhões, comparado a uma despesa de R\$982,1 milhões em 2009. Este resultado é explicado principalmente por uma maior receita de juros ocasionada por um saldo médio de caixa e aplicações consideravelmente superior ao de 2009 e menores despesas com juros devido ao encerramento de dívidas que venceram no período e não foram renovadas.

Resultado Financeiro Líquido – R\$ milhões	12M10	12M09
Receitas de juros	298,4	169,3
Despesas com juros	(606,1)	(812,5)
Ganhos/(perdas) com derivativos	18,9	(167,6)
Ganhos/(perdas) com instrumentos não-derivativos	133,8	(86,4)
Impostos sobre transações financeiras	(47,5)	(48,5)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	(117,0)	(36,5)
Resultado Financeiro, Líquido	(319,4)	(982,1)

A tabela a seguir detalha o perfil da dívida consolidada da AmBev:

Detalhamento da Dívida	Circulante	Dezembro 2010 Não Circulante	Total	Circulante	Dezembro 2009 Não Circulante	Total
Moeda Local	1.156,7	2.817,5	3.974,2	359,9	4.009,6	4.369,5
Moeda Estrangeira	1.449,5	1.346,7	2.796,2	441,2	2.450,6	2.891,8
Dívida Consolidada	2.606,2	4.164,2	6.770,4	801,1	6.460,2	7.261,2
Caixa e Equivalentes a Caixa			5.908,3			4.024,3
Aplicações Financeiras Correntes			1.069,3			73,3
Dívida Líquida			(207,1)			3.163,6

O endividamento total da Companhia diminuiu R\$490,8 milhões em comparação a 2009, enquanto seu montante de caixa e equivalentes aumentou R\$2.880,0 milhões, demonstrando a forte geração de caixa da Companhia no exercício. Conseqüentemente, houve uma redução de R\$3.370,8 milhões na dívida líquida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 2010 totalizaram R\$2.084,4 milhões, 5,6% abaixo dos R\$2.208,1 milhões em 2009. A taxa efetiva foi de 21,5%, contra a taxa do ano anterior de 26,9%. Os principais fatores que geraram redução da taxa efetiva da Companhia durante o ano são: (i) o aumento do incentivo fiscal do imposto de renda no Brasil; (ii) o aumento da despesa de juros sobre capital próprio; (iii) diminuição das despesas não dedutíveis relacionadas as operações de *hedge*; e (iv) reversão de provisões relacionadas ao imposto de renda principalmente no Canadá e na Argentina.

Participações de Empregados e Administradores

No ano de 2010 a despesa de participação nos lucros de empregados e administradores foi de R\$229 milhões. Este valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.

Participação dos não controladores

As despesas com participações dos não controladores em subsidiárias da Companhia acumularam R\$57,9 milhões, contra uma despesa de R\$2,3 milhões em 2009. O principal motivo para essa variação foi o ganho em 2009 referente a reversão da provisão para não controladores, calculada sobre algumas de nossas subsidiárias na HILA-EX, que tinham patrimônio negativo até o quarto trimestre de 2008.

Lucro Líquido

O lucro líquido atribuído para AmBev em 2010 foi de R\$7.561,4 milhões, um aumento de 26,3% comparado ao de 2009. O lucro por ação foi de R\$2,44, representando um crescimento de 25,5% em relação ao ano anterior.

Reconciliação entre Lucro Líquido e EBITDA

O EBITDA e o EBIT são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para demonstrar seu desempenho.

O EBITDA é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Participação de não controladores; (ii) Despesa com imposto de renda; (iii) Equivalência Patrimonial; (iv) Resultado financeiro líquido; (v) Itens especiais e (vi) Depreciação e Amortização. O EBIT é o EBITDA subtraído das depreciações e amortizações.

O EBITDA e o EBIT não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Eles não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Nossa definição de EBITDA e EBIT pode não ser comparável ao EBITDA e EBIT ou EBITDA ajustado conforme definido por outras companhias.

Reconciliação Lucro Líquido – EBITDA	2010	2009
Lucro Líquido – AmBev	7.561,4	5.986,0
Participação de não controladores	57,9	2,3
Despesa com imposto de renda	2.084,4	2.208,1
Lucro Antes de Impostos	9.703,7	8.196,5
Participação nos resultados de coligadas	(0,2)	(0,7)
Resultado financeiro líquido	319,4	982,1
Receitas e (despesas) especiais	150,8	(196,6)
EBIT Normalizado	10.173,7	8.981,3
Depreciação & Amortização – total	1.567,2	1.379,8
(-) Depreciação & Amortização – despesas especiais	(33,9)	–
EBITDA Normalizado	11.707,0	10.361,1

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Relacionamento com auditores independentes

A política de atuação junto aos nossos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor.

Estes princípios estabelecem que:

(a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho;

(b) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e

(c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adotamos política e procedimentos de pré-aprovação segundo os quais todos os serviços de auditoria e outros serviços prestados por auditores independentes contratados pela AmBev e por suas subsidiárias devem ser aprovados pelo nosso Conselho Fiscal, o qual também cumpre as funções de um comitê de auditoria para os propósitos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, em conformidade com a Regra 10A-3(c). O Conselho Fiscal adota uma lista de serviços e limites de valor para a contratação de cada tipo de serviço, de acordo com os termos incluídos em uma Lista Básica, por sua vez aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer serviço constante dessa lista é considerado “pré-aprovado” dentro dos limites individuais de valor, e que no agregado anual não ultrapassem 20% dos honorários anuais de auditoria. Trimestralmente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal recebem do Diretor Financeiro um relatório resumido sobre o progresso dos serviços prestados pré-aprovados e os honorários correspondentes devidamente autorizados. Quaisquer serviços não apresentados nessa Lista Básica requerem uma opinião anterior favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho de Administração. Nossa política contém também uma lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos. Essa política é revista anualmente pelo Conselho de Administração, por recomendação do Conselho Fiscal.

Serviços Prestados pelo Auditor Independente

Tais informações incluem serviços prestados, além dos serviços de auditoria

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhões de reais)

As tabelas abaixo apresentam as mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	Capital Social	Ações em tesouraria	Premio na emissão de ações	Ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reservas de capital			Reservas de lucros			Atribuído à participação dos controladores			Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido		
						Reservas de capital sobre ações	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/perdas atuariais			Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2009	6.602,0	(109,3)	-	4.985,9	2.875,3	151,7	(93,2)	1.761,6	208,8	142,9	-	3.998,8	687,2	105,4	(529,6)	20.787,5	224,1	21.011,6
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Abrangente:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos (perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.544,2)	(22,8)	(1.567,0)	
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(119,3)	-	(119,3)	(0,5)	(119,8)	
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(86,8)	-	(86,8)	4,2	(82,6)	
Total do lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.986,1	(1.544,2)	(119,3)	(86,8)	4.235,8	(16,8)	4.219,0
Aumento de capital	230,1	-	-	-	(145,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85,0	-	85,0	
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77,5	77,5	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.290,4)	-	-	(2.290,4)	(58,6)	(2.349,0)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.019,9)	-	-	(1.019,9)	-	(1.019,9)	
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	-	-	82,4	-	-	-	-	-	-	-	-	82,4	-	82,4	
Constituição de reservas – destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	208,1	-	-	(208,1)	-	-	-	-	-	
Reserva estatutária para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	2.449,9	-	-	-	(2.449,9)	-	-	-	-	-	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ações em tesouraria	-	61,6	-	-	-	-	(19,1)	-	-	-	-	-	-	-	42,5	-	42,5	
Transferência ações a receber – Plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Correção monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64,2	-	-	64,2	61,8	126,0	
Outros	-	-	-	(19,1)	-	-	-	-	-	-	-	49,4	-	-	30,3	(9,3)	21,0	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.832,1	(47,7)	-	4.966,8	2.730,2	234,1	(112,3)	4.211,5	208,8	351,0	-	4.130,2	(857,0)	(13,9)	(616,4)	22.017,4	278,7	22.296,1
Saldo em 1º de janeiro de 2010	6.832,1	(47,7)	-	4.966,8	2.730,2	234,1	(112,3)	4.211,5	208,8	351,0	-	4.130,2	(857,0)	(13,9)	(616,4)	22.017,4	278,7	22.296,1
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Abrangente:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos (perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(344,3)	-	(344,3)	(46,8)	(391,1)	
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145,2	-	145,2	(1,5)	143,7	
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(234,5)	-	(234,5)	-	(234,5)	
Total do lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.561,4	(344,3)	145,2	(234,5)	7.127,8	9,5	7.137,3
Aumento de capital	781,7	-	-	-	(535,3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	246,4	77,5	323,9	
Ágio na subscrição de ações	-	-	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,3	-	8,3	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(707,8)	-	-	-	(3.213,1)	-	-	(3.213,1)	(70,7)	(3.991,6)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(289,5)	-	-	-	(869,0)	-	-	(1.158,5)	-	(1.158,5)	
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	-	-	98,2	-	-	-	-	-	-	-	-	98,2	-	98,2	
Constituição de reservas – destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	310,5	-	-	(310,5)	-	-	-	-	-	
Reserva estatutária para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	2.876,8	-	-	-	(2.876,8)	-	-	-	-	-	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.290,3	-	(4.290,3)	-	-	-	-	-	
Ações em tesouraria	-	24,2	-	-	-	-	15,9	-	-	-	-	-	-	-	40,1	-	40,1	
Transferência ações a receber – Plano	-	19,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reestruturações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50,2)	(87,5)	(137,7)	
Outros	-	-	-	16,1	(0,2)	-	-	-	-	-	-	(62,6)	-	-	(46,7)	(4,6)	(51,3)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.613,8	(4,4)	8,3	4.982,9	2.194,7	332,3	(96,4)	6.091,0	208,8	661,5	4.290,3	(0,0)	(1.201,3)	131,3	(850,9)	24.361,9	202,9	24.564,8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	7.561,4	5.986,1	7.619,2	5.988,4	Recebimento de empréstimos concedidos	-	-	1,5	1,5
Depreciação, amortização e impairment	799,3	621,4	1.567,2	1.376,5	Baixa de subsidiária, líquido de caixa baixado	-	-	(18,7)	-
Perda por impairment no contas a receber e demais contas a receber e nos estoques	31,3	23,3	137,7	74,7	Aquisição de subsidiária, líquido de caixa adquirido	-	-	-	(44,5)
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários	(11,5)	143,1	111,8	119,9	Aquisição de participações em não controladores	-	-	0,1	(88,9)
Financieiras, líquidas	299,8	(111,4)	319,4	982,1	Aquisição de imobilizado	(1.177,4)	(702,4)	(2.169,8)	(1.306,2)
Outros itens não-monetários incluídos no lucro	138,4	41,3	62,3	(30,1)	Aquisição de intangíveis	(66,3)	(73,7)	(117,0)	(132,6)
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	(5,9)	(3,9)	(9,9)	(27,5)	Aquisição de aplicação financeira de curto prazo	(1.067,5)	-	(1.067,5)	-
Perda/(ganho) na venda de ativos mantidos para venda	(11,0)	(2,3)	(11,0)	(2,3)	Proventos líquidos/(aquisição) de títulos de dívida	-	0,3	105,3	(79,6)
Despesa com pagamentos baseados em ações	87,2	83,0	120,3	134,7	Proventos líquidos/(aquisição) de outros ativos	19,1	10,0	19,8	10,0
Despesa com imposto de renda e contribuição social	708,1	601,7	2.084,5	2.208,1	Fluxo de caixa das ativid. de investimento	(2.260,2)	(680,9)	(3.174,2)	(1.551,8)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(4.095,1)	(2.370,6)	(0,2)	(0,7)	Aumento de capital	246,4	85,0	246,4	85,0
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	5.502,0	5.011,7	12.001,3	10.823,8	Aumento de capital em subsidiárias / não controladores	-	(61,2)	77,5	-
Redução/(aumento) no contas a receber e demais contas a receber	(143,7)	358,1	(427,7)	(398,6)	Ágio na subscrição de ações	8,3	-	8,3	-
Redução/(aumento) nos estoques	(258,5)	(6,7)	(584,2)	190,4	Proventos de empréstimos	841,1	889,3	1.056,4	1.291,6
Aumento/(redução) nas provisões e outras contas a pagar	920,5	279,2	567,0	(98,8)	Proventos / recompra de ações em tesouraria	-	-	16,7	34,5
Geração de caixa das ativid. operacionais	6.020,3	5.642,3	11.556,4	10.516,8	Liquidação de empréstimos	(381,6)	(2.917,6)	(1.252,7)	(3.779,7)
Juros pagos	(639,0)	(1.168,8)	(674,4)	(1.165,0)	Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros	102,9	373,5	23,3	7,8
Juros recebidos	146,8	95,7	306,8	158,6	Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	-	-	(6,7)	(7,7)
Imposto de renda e contribuição social pagos	112,7	325,5	(1.126,0)	(813,3)	Fluxo de caixa de atividades financeiras	(3.996,6)	(1.993,0)	(5.030,8)	(3.560,5)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	5.640,8	4.894,7	10.062,8	8.697,1	Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	201,1	589,8	2.027,0	1.216,3
Proventos da venda de imobilizado	31,9	80,6	67,0	88,5	Caixa e equivalentes a caixa (líquido da conta garantida) no início do exercício	1.416,6	826,8	4.024,2	3.280,0
Proventos da venda de intangível	-	4,3	5,1	-	Efeito de oscilações cambiais	-	-	(143,0)	(472,1)
					Caixa e equivalentes a caixa (líquido da conta garantida) no final do exercício	1.617,7	1.416,6	5.908,3	4.024,2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO LUCRO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	7.561,4	5.986,1	7.619,2	5.988,4
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	(344,3)	(1.544,2)	(391,1)	(1.567,0)
Reconhecimento integral de ganhos e (perdas) atuariais	(234,5)	(86,8)	(234,5)	(82,6)
Hedges de fluxo de caixa – ganhos e (perdas) atuariais	(234,5)	(86,8)	(234,5)	(82,6)
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de hedge)	(68,2)	(220,5)	96,8	(75,5)
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de hedge) e incluído no resultado	151,0	37,1	(48,7)	(232,4)
Variação do Imposto de Renda diferido no patrimônio líquido (Reserva de hedge) e outros movimentos	62,4	64,1	95,6	188,1
Resultado líquido reconhecido diretamente no patrimônio líquido Lucro abrangente	(433,6)	(1.750,3)	(481,9)	(1.769,4)
Atribuído a:				
Participação dos controladores	7.127,8	4.235,8	7.127,8	4.235,8
Participação de não controladores	-	-	9,5	(16,8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas	22.899,7	20.033,8	39.437,2	32.188,0
Vendas mercadorias, produtos e serviços	22.850,9	20.004,1	39.216,8	31.334,7
Outras receitas	58,0	46,1	236,6	885,9
(Provisão)/reversão de créditos de liquidação duvidosa	(9,2)	(16,4)	(16,2)	(32,6)
Insuficiências de terceiros	(8.754,2)	(6.373,7)	(13.273,5)	(11.952,0)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(6.650,7)	(4.861,9)	(6.904,9)	(6.456,7)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.021,1)	(1.451,4)		



Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs, foram feitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicada nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, apenas pela adição dos investimentos em controlada e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria certo ao valor justo. Os investimentos em controladas, coligadas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes àquelas adotadas pela Companhia. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio ou deságio, sendo o ágio apresentado na rubrica Intangíveis.

(c) Demonstrações contábeis consolidadas

Controladas

São companhias nas quais a AmBev possui, direta ou indiretamente, mais da metade do capital com direito a voto ou outro tipo de controle (direto ou indireto) sobre as operações que lhe permitam auferir benefícios das atividades dessas companhias. Na determinação do controle são considerados os direitos a voto passíveis de serem exercidos. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Coligadas

Coligadas são aquelas pessoas jurídicas nas quais a Companhia exerce influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, porém não o controle. Em geral, isso é evidenciado por uma participação entre 20% e 50% no capital votante.

Controladas em conjunto

A consolidação das controladas em conjunto foi feita utilizando-se o método de consolidação proporcional. A Companhia consolida os ativos e passivos e o resultado de duas empresas no Brasil, Agrega Inteligência em Compras Ltda. (“Agrega”) e Ice Tea do Brasil Ltda. (“ITB”), bem como duas entidades distribuidoras no Canadá, Brewers Retail Inc. e Brewers' Distributor Ltd. na proporção de suas participações nessas empresas.

Processo de consolidação

As demonstrações contábeis de nossas controladas, controladas em conjunto e coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da controladora empregando práticas contábeis uniformes.

As coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data em que tem início a influência significativa até a data em que esta deixa de existir. Quando a parcela de prejuízos da AmBev excede o valor contábil da coligada, o valor contábil de investimento é reduzido a zero.

Os ganhos não realizados em transações com coligadas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da AmBev na entidade em questão. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*).

(d) Moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos em Reais pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

Moeda	Denominação	País	2010	Taxa final 2009	2010	Taxa média 2009
CAD	Dólar canadense	Canadá	1,6712	1,6581	1,7114	1,7554
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0445	0,0485	0,0480	0,0558
USD	Dólar americano	Ecuador e operações de malte na Argentina e Uruguai	1,6662	1,7412	1,7679	2,0152
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,2075	0,2102	0,2180	0,2460
PEN	Novo Sol	Peru	0,5940	0,6059	0,6219	0,6640
VEF	Bolívar Forte	Venezuela (i)	0,3884	0,8159	0,4121	0,9262
ARS	Peso	Argentina	0,4191	0,4586	0,4481	0,5407
BOB	Boliviano	Bolívia	0,2367	0,2463	0,2495	0,2825
PYG	Guarani	Paraguai	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004
UYU	Peso uruguai	Uruguai	0,0829	0,0887	0,0876	0,0889
CLP	Peso chileno	Chile	0,0036	0,0034	0,0034	0,0036

(i) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Brahma Venezuela deixou de ser controlada em virtude da transação com a Cerveceria Regional.

(e) Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

A moeda funcional de grande parte das subsidiárias da Companhia localizadas no exterior são as suas respectivas moedas locais, uma vez que a maioria das transações dos negócios destas controladas são nestas moedas, exceto pela controlada localizada no Ecuador, bem como as operações de malte localizadas na Argentina e no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte americano, uma vez que basicamente as operações nestas subsidiárias são atreladas ao dólar norte americano.

Os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa destas controladas são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, enquanto os saldos das mutações do patrimônio líquido são convertidos pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Transações e saldos

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como*hedge* desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento (exceto para os casos citados na nota explicativa 3(h)).

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

(f) Economias hiperinflacionárias

Em economias hiperinflacionárias, os itens não monetários de ativo e passivo e as contas de resultado e patrimônio líquido em moeda local são corrigidos monetariamente utilizando-se um índice geral de preços. As demonstrações contábeis corrigidas monetariamente são, então, convertidas para a moeda de apresentação pela taxa de fechamento. Em 30 de novembro de 2009, a economia da Venezuela foi avaliada como hiperinflacionária, dessa forma as demonstrações contábeis da controlada da Companhia localizada neste país, a partir dessa data, foram corrigidas monetariamente utilizando-se o índice geral de preços do Banco Central da Venezuela de dezembro de 2009 até 20 de outubro de 2010, quando as operações da Venezuela foram desconsolidadas, após a transação entre a AmBev e a Regional Cerveceria, conforme mencionado na nota 1 (a).

(g) Intangíveis

Ativos de mercado de ex-revendedores

Os ativos de distribuição são adquiridos de ex-revendedores quando a distribuição dos produtos da Companhia passa a ser feita de maneira direta e correspondem, substancialmente, a direitos sobre contratos celebrados com os pontos de venda e fornecimento à Companhia de informações cadastrais de tais pontos de venda, incluindo histórico financeiro e perfil de compras.

Marcas

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Outros intangíveis

Outros intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros de um intangível já reconhecido. Os demais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear sobre sua vida útil estimada. Marcas são consideradas como intangíveis de vida útil indefinida e portanto não são amortizadas, mas tem seu valor de recuperação testado anualmente (veja item (o) abaixo).

(h) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e controladas em conjunto. Para o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor de recuperação das unidades geradores de caixa nas quais foram alocados é mensurado com base em seu valor justo. Mais especificamente, utiliza-se um fluxo de caixa descontado com base em modelos de avaliação de aquisição atuais. Esse cálculo é corroborado por múltiplos de indicadores, cotação de mercado de subsidiárias abertas ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Com relação ao nível de teste do valor de recuperação do ágio, a abordagem da AmBev é testar o ágio no nível das unidades geradoras de caixa, conforme definido pela IAS 36 e CPC 1 – Redução ao Valor de Recuperação de Ativos. As perdas por redução ao valor de recuperação com relação às unidades geradoras de caixa são alocadas primeiro para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às unidades, e depois para reduzir o valor contábil dos demais ativos na unidade, de forma proporcional. *Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2005*

Como parte das isenções de transição para as IFRS, a Companhia decidiu reeablorar conforme a IFRS 3 e somente aquelas combinações de negócios ocorridas em 1º de janeiro de 2005 ou após esta data. Com relação às aquisições ocorridas antes de 1º de janeiro de 2005, o ágio representa o montante previamente reconhecido nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (“BRGAAP”).

Aquisições de 1º de janeiro de 2005 em diante

Nas aquisições realizadas em 1º de janeiro de 2005 ou após essa data, o ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Esse procedimento está de acordo com as isenções do IFRS 1 e CPC 37 *Primeira adoção* adotadas pela Companhia quando da implementação do IFRS pela primeira vez nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008.

Em conformidade com a IFRS 3 e CPC 15 *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou controlada em conjunto a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício, exceto para as aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2005, as quais a Companhia tratou como seus ativos, em reais.

Com respeito às coligadas, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada.

Os gastos com o ágio gerado internamente são contabilizados como despesa quando incorridos.

(i) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e à sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente pela Companhia é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros.

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de parte dele, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

Depreciação

Os itens que compõem o grupo de imobilizado, com exceção ao grupo de terrenos, são depreciados pelo método linear. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios 25 anos
Máquinas e equipamentos 15 anos
Instalações 10 anos
Utensílios 10 anos

Bens de uso externo 2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados anualmente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

(j) Contabilização de arrendamentos financeiro e operacional

Arrendamentos de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e os benefícios do bem, são classificados como arrendamentos financeiros. Os arrendamentos financeiros são reconhecidos como um ativo e um passivo (empréstimos com incidência de juros) por montantes iguais ao menor entre o valor justo da propriedade arrendada e o valor presente das contra-prestações do arrendamento no momento inicial. A depreciação e o teste de redução ao valor de recuperação para ativos arrendados depreciáveis é a mesma utilizada para ativos depreciáveis próprios. Pagamentos do contrato de arrendamento são distribuídos entre o passivo em aberto e encargos financeiros para que seja obtida uma taxa de juros constante e periódica sobre o valor remanescente da dívida.

Arrendamentos de ativos onde os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendatário são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

(k) Investimentos

Investimentos em títulos patrimoniais

São considerados investimentos em títulos patrimoniais, investimentos nos quais a AmBev não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto. Esses investimentos são designados como ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados inicialmente por seu valor justo, a não ser que este não possa ser avaliado com segurança, sendo portanto mantido o custo de aquisição. As variações subsequentes em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado abrangente, com exceção daquelas relacionadas à perda para redução ao valor de recuperação que são reconhecidas no resultado do exercício. Quando da venda do investimento, o ganho ou a perda acumulados anteriormente reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício.

Investimentos em títulos de dívida

Investimentos em títulos de dívida classificados como para negociação ou disponíveis para venda são mensurados por seu valor justo, com o respectivo ganho ou perda reconhecidos no resultado do exercício ou diretamente no resultado abrangente, respectivamente. O valor justo desses investimentos é determinado com base em cotações de mercado na data do balanço patrimonial. Provisão para redução ao valor de recuperação e ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado do exercício. Investimentos em títulos de dívida classificados como mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

Em geral, investimentos em títulos de dívida com vencimento original acima de 3 (três) meses e prazo remanescente menor que 1 (um) ano são classificados como investimentos de curto prazo. Investimentos com vencimento acima de um ano podem ser classificados como investimento de curto prazo, baseado na intenção e habilidade da Administração em resgata-las em um período menor do que 1 (um) ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

Outros investimentos

Outros investimentos mantidos pela Companhia são classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo seu valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado abrangente. Perdas para redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

(l) Estoques

Os estoques são valorizados pelo menor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão-de-obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocar os produtos em condições de venda e realização da venda.

(m) Contas a receber e demais contas a receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são contabilizados pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para devedores duvidosos. A provisão para devedores duvidosos é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Registra-se a provisão para devedores duvidosos no montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

(n) Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e os equivalentes a caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos, originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

(o) Redução ao valor de recuperação de ativos (impairment)

Os valores contábeis de ativos financeiros, imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados a cada fechamento para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existe algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Adicionalmente, o ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável. Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

Cálculo do valor de recuperação

O montante recuperável dos investimentos da Companhia em títulos patrimoniais de dívida sem cotação de mercado é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juros efetiva original do título de dívida. No caso de títulos patrimoniais e títulos de dívida com cotação de mercado, o montante recuperável é seu valor justo.

O montante recuperável dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refilita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste do valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual aplicam-se múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

ambev

Companhia de Bebidas das Américas – AmBev
Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 02.808.708/0001-07 – NIRE 35.300.157.770

Reversão de perdas por redução ao valor de recuperação

Perdas por redução ao valor de recuperação relacionadas ao ágio não são revertidas. Já as perdas por redução ao valor de recuperação de outros ativos são revertidas se o aumento em seu valor de recuperação estiver relacionado a eventos específicos ocorridos após o teste de redução ao valor de recuperação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(p) Ativos mantidos para venda

A AmBev classifica como ativos mantidos para venda quando o valor residual de determinado ativo não corrente será recuperado pela venda ao invés da utilização normal nas operações. Imediatamente após a classificação como mantido para venda, esses ativos são mensurados com base no menor entre seu valor contábil e seu valor justo descontado o custo de venda. Eventual perda por redução ao valor de recuperação é reconhecida no resultado do exercício, assim como ganhos ou perdas subsequentes pela sua remensuração.

Nesse caso, a Administração está comprometida com o plano de venda do ativo e existe um programa firme para localizar um comprador e concluir a venda. Além disso, o ativo é colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Os ativos classificados como mantidos para venda não são depreciados ou amortizados.

(q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros aplicável, dos respectivos ativos e passivos. Os financiamentos de ICMS, obtidos no contexto apresentado na nota 3 (y), são registrados a valor presente uma vez que estes são considerados empréstimos subsidiados, conforme o previsto no CPC 07. A Companhia determinou a taxa de juros praticada em operações de financiamento de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por similaridade, como a taxa de desconto adequada para o cálculo de ajuste a valor presente neste tipo de operação. No momento da captação o ajuste referente a contraprestação é calculado e registrado em outras receitas operacionais, no mesmo tratamento dispensado aos subsídios conforme descrito em nota explicativa 7. Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de resultado acima determinada a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no descolto financeiro, de tal forma que na data de prevista de liquidação de cada contraprestação o ajuste monte a zero.

(r) Patrimônio líquido

Capital social

As ações ordinárias e as preferencias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Recopra de ações

Quando há compra de ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio são registrados no passivo no período em que eles forem declarados, com exceção da parcela referente aos dividendos mínimos estatutários, a qual é contabilizado ao final de cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, quando declarado, e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Reserva especial de ágio

A Companhia contabiliza o benefício fiscal, decorrente de amortização de ágio, em reserva especial, considerando como instrumento patrimonial, uma vez que não existe o requerimento e/ou a obrigação do acionista controlador subscrever as ações (exceção descrita no IAS 32).

O referido benefício é decorrente de amortização de ágio, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. Conforme permitido pela Instrução nº CVM 319/99, o Protocolo de Justificativa firmado em 7 de julho de 2005, que tratou da incorporação, estabeleceu que 70% o benefício fiscal auferido pela Companhia em decorrência da amortização do ágio é objeto de capitalização em proveito do acionista controlador, no caso da AmBrew S/A (“AmBrew”) e da Interbrew International B.V (“Interbrew”), devendo os 30% restantes ser capitalizados, em favor de todos os acionistas da Companhia.

(s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou adquirida resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação, e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

(t) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto AmBev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

Além disso, a Companhia possui planos de aposentadoria de benefício definido e de contribuição definida para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e no Canadá.

A AmBev possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

Planos de contribuição definida

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

Planos de benefício definido



temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. A IAS 12 e CPC 32 prevêem que nenhum imposto diferido seja reconhecido (i) no reconhecimento do ágio; (ii) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócio; e (iii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(y) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios substancialmente inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não havendo incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados à possível devolução dos produtos e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções e deduções, descontos comerciais e descontos para pagamento em dinheiro. Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica desconto comercial com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções de vendas.

Receita de aluguel e royalties

A receita de aluguel é reconhecida em outras receitas operacionais em bases lineares durante o período do contrato. A receita de *royalties*, recebida de empresas que não fazem parte das demonstrações contábeis, é reconhecida também em outras receitas operacionais de acordo com o período de competência.

Subvenção para investimentos e assistências governamentais

Incentivos

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. Quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício da Companhia, com base no regime de competência de registro desses impostos, ou no momento em que a Companhia cumpre com as obrigações fixadas nos programas estaduais, para ter o benefício concedido.

Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício em que são declarados.

(z) Despesas

Despesa de royalties

Royalties pagos a empresas que não fazem parte das demonstrações contábeis são registrados como custo dos produtos vendidos.

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumento de *hedge* que não são parte de uma contabilidade de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Pesquisa e desenvolvimento, marketing e despesas de desenvolvimento de sistemas

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento, publicidade e custos promocionais são registrados como despesa no exercício em que forem incorridos. Não satisfazendo as condições para sua capitalização, os gastos de desenvolvimento e com desenvolvimento de sistemas são registrados à conta de despesa no exercício em que forem incorridos.

(aa) Receitas (despesas) especiais

Receitas e (despesas) especiais são tanto ganhos quanto perdas que não ocorrem regularmente como parte das atividades normais da Companhia. Eles são apresentados separadamente porque são importantes para o entendimento do desempenho da Companhia devido ao seu tamanho ou natureza. As operações que podem dar origem a receitas (despesas) especiais são principalmente: reestruturação, prejuízos, perdas e ganhos na alienação de investimentos.

(bb) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo corrente.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo corrente, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativo não corrente).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são incluídos em ativo não corrente, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Ativos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Esses ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título.

(iii) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(cc) Instrumentos financeiros derivativos

A AmBev utiliza instrumentos derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço das *commodities*. A Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros da AmBev proíbe o uso de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Os instrumentos derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios de contabilidade de *hedge* definidos na IAS 39 e CPC 38 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes oncededoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados considerando seu valor justo na data das demonstrações contábeis. Dependendo do tipo de instrumento, se *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de investimento líquido ou *hedge* de valor justo, as variações em seu valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido ou resultado do exercício.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* definidos na IAS 39 e CPC 38, como por exemplo a manutenção da documentação requerida e a efetividade do *hedge*.

(i) Contabilização do hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo protege contra à exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco em moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a um compromisso firme ou de uma transação prevista de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge*).

Se o *hedge* está associado a ativos ou passivos financeiros, os ganhos ou perdas acumulados do instrumento são reclassificados do patrimônio líquido para a demonstração de resultados no mesmo exercício durante o qual o risco (objeto do *hedge*) impacta a demonstração de resultados (por exemplo, quando a despesa com juros variáveis é reconhecida). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (naquele ponto) permanecem no patrimônio líquido, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação protegida ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação protegida, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente para a demonstração de resultados.

(ii) Contabilização do Hedge de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedge* de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte eficaz do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Para mais detalhes, veja nota 29 – *Riscos decorrentes de instrumentos financeiros*.

(iii) Contabilização do Hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro protege contra a exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, sendo que qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto da cobertura expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

(dd) Informações por segmento

A norma IFRS 8 e CPC 22 *Segmentos Operacionais* introduz o “critério gerencial” na apresentação de informações por segmento. A norma em questão exige que a apresentação de informações de segmentos seja feita com base nos relatórios internos analisados periodicamente pelos principais diretores operacionais da Companhia para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e da alocação de recursos para esses segmentos. Com base na norma, a informação por segmento é apresentada em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira. A AmBev opera seus negócios por meio de três zonas identificadas como segmentos reportáveis (América Latina – Norte, América Latina – Sul e Canadá). A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e RefrigeNanc), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a AmBev faz a gestão utilizando indicadores de desempenho, como lucro normalizado das operações antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT normalizado) e lucro normalizado das operações antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA normalizado) para tomar decisões sobre alocação de recursos. O CPC 32 *Segmentos Operacionais* dispensa a apresentação dos resultados da Controladora por segmentos operacionais quando essa apresentação já são divulgadas nos resultados consolidados.

(ee) Resumo das alterações das práticas contábeis

As normas descritas a seguir referem-se a alterações, inclusões ou melhorias e foram avaliadas pela Companhia para as demonstrações contábeis consolidadas iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2010.

IFRS 3 e CPC 15 (Revisado) – Combinação de Negócios

A norma revisada incorpora as seguintes mudanças que provavelmente serão relevantes para as operações da AmBev, na eventualidade de novas aquisições:

- Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS e CPC revisado.

- Os pagamentos contingentes devem ser mensurados pelo valor justo, com alterações subsequentes reconhecidas no resultado do exercício.

- Orientação da aplicação em IFRS 3 e CPC 15, nas concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.

- Qualquer participação pré-existente na adquirida será avaliada pelo valor justo, com o ganho ou perda reconhecido no resultado do exercício.

- A participação dos não controladores da empresa adquirida deverá ser avaliada pelo seu valor justo ou pela aplicação da participação minoritária sobre ativos e passivos identificados, transação por transação.

Adicionalmente, a norma revisada exclui do escopo do IFRS 2 e CPC 10 “Pagamentos baseados em ações” os aportes de capital para a formação de uma *joint venture* e transações relativas a controle comum.

IFRIC 17 e ICPC 7 – Distribuições de Ativos Não-Monetários aos Acionistas

Essa interpretação fornece orientação sobre o tratamento contábil a ser adotado para as distribuições de ativos não-monetários aos acionistas na forma de distribuição de reservas ou dividendos. Está fora do escopo dessa interpretação a distribuição de ativos que são controlados pelas mesmas partes antes e depois da distribuição (transações de controle comum). A IFRS 5 e CPC 31 também foi alterada, exigindo que os ativos

(a) Segmentos geográficos – exercícios findos em:

	América Latina – norte (i)		América Latina – sul (ii)		Canadá		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Volume	120,1	109,8	33,9	33,3	11,2	11,6	165,2	154,7
Receita líquida	17.710,4	15.414,2	3.857,3	3.826,5	3.665,6	3.953,3	25.233,3	23.194,0
Custo dos produtos vendidos	(5.793,8)	(4.900,7)	(1.500,3)	(1.490,8)	(1.154,9)	(1.340,4)	(8.449,0)	(7.731,9)
Lucro bruto	11.916,6	10.513,5	2.357,0	2.335,7	2.510,7	2.612,9	16.784,3	15.462,1
Despesas comerciais	(4.254,6)	(3.722,2)	(721,5)	(701,2)	(1.062,5)	(1.118,6)	(6.038,6)	(5.542,0)
Despesas administrativas	(928,6)	(1.133,9)	(139,8)	(153,9)	(128,5)	(190,3)	(1.196,9)	(1.478,1)
Outras receitas(despesas) operacionais	637,3	549,5	(13,9)	(14,7)	1,5	4,5	624,9	539,3
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	7.370,7	6.206,9	1.481,8	1.465,9	1.321,2	1.308,5	10.173,7	8.981,3
Receitas e (despesas) especiais	(59,3)	219,7	(14,1)	(13,5)	(77,4)	(9,6)	(150,8)	196,6
Lucro operacional (EBIT)	7.311,4	6.426,6	1.467,7	1.452,4	1.243,8	1.298,9	10.022,9	9.177,9
Resultado financeiro líquido	(174,3)	(711,2)	(97,5)	(186,0)	(47,6)	(84,9)	(319,4)	(982,1)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–	0,2	0,7	0,2	0,7
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.137,1	5.715,4	1.370,2	1.266,4	1.196,4	1.214,7	9.703,7	8.196,5
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.476,0)	(1.380,8)	(406,7)	(371,7)	(201,8)	(455,6)	(2.084,5)	(2.208,1)
Lucro líquido do exercício	5.661,1	4.334,6	963,5	894,7	994,6	759,1	7.619,2	5.988,4
EBITDA normalizado	8.435,0	7.080,0	1.764,0	1.756,2	1.507,9	1.524,9	11.706,9	10.361,1
Receitas (despesas) especiais	(59,3)	219,7	(14,1)	(13,5)	(77,4)	(9,6)	(150,8)	196,6
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas especiais)	(1.064,3)	(873,1)	(282,2)	(290,3)	(186,8)	(216,4)	(1.533,3)	(1.379,8)
Resultado financeiro líquido	(174,3)	(711,2)	(97,5)	(186,0)	(47,5)	(84,9)	(319,3)	(982,1)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–	0,2	0,7	0,2	0,7
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.476,0)	(1.380,8)	(406,7)	(371,7)	(201,8)	(455,6)	(2.084,5)	(2.208,1)
Lucro líquido do exercício	5.661,1	4.334,6	963,5	894,7	994,6	759,1	7.619,2	5.988,4
Margem EBITDA normalizado em %	47,6%	45,9%	45,7%	45,9%	41,1%	38,6%	46,4%	44,7%
Ativos do segmento	12.268,7	11.763,7	4.849,6	5.398,0	17.033,6	16.348,5	34.151,9	33.510,2
Eliminação entre segmentos	–	–	–	–	–	–	(479,1)	(679,1)
Ativos não segmentados	–	–	–	–	–	–	9.005,5	6.590,8
Total do ativo	–	–	–	–	–	–	42.678,3	40.101,0
Passivos do segmento	7.778,3	6.659,5	1.141,6	1.366,0	1.648,6	1.376,9	10.568,5	9.402,4
Eliminação entre segmentos	–	–	–	–	–	–	(479,2)	(679,1)
Passivos não segmentados	–	–	–	–	–	–	32.589,0	30.698,6
Total do passivo	–	–	–	–	–	–	42.678,3	40.101,0
Capex	1.903,3	1.006,1	317,9	311,8	120,6	121,8	2.341,8	1.439,7
Adição/Reversão provisões	49,1	107,4	4,4	6,1	31,2	3,9	84,7	117,4
FTE	32.097	30.070	8.040	7.780	4.787	2.937	44.924	40.787

(i) América Latina – norte: compreende as operações no Brasil e Hila-Ex (Equador, Guatemala, República Dominicana e Peru).

(ii) América Latina – sul: compreende as operações da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

(b) Informações adicionais – por unidades de negócio – exercícios findos em:

	2010			2009		
(Em milhões de reais)	Cerveja	RefrigeNanc	Total	Cerveja	RefrigeNanc	Total
Volume	87,0	33,1	120,1	78,9	30,9	109,8
Receita líquida	14.567,6	3.142,8	17.710,4	12.538,6	2.875,6	15.414,2
Custo dos produtos vendidos	(4.345,3)	(1.448,5)	(5.793,8)	(3.702,1)	(1.198,6)	(4.900,7)
Lucro bruto	10.222,3	1.694,3	11.916,6	8.836,5	1.677,0	10.513,5
Despesas comerciais	(3.627,2)	(627,4)	(4.254,6)	(3.095,1)	(627,1)	(3.722,2)
Despesas administrativas	(826,8)	(101,8)	(928,6)	(971,6)	(162,3)	(1.133,9)
Outras receitas(despesas) operacionais	504,2	133,1	637,3	415,3	134,2	549,5
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	6.272,5	1.098,2	7.370,7	5.185,1	1.021,8	6.206,9
Receitas e (despesas) especiais	(59,2)	(0,1)	(59,3)	159,6	60,1	219,7
Lucro operacional (EBIT)	6.213,3	1.098,1	7.311,4	5.344,7	1.081,9	6.426,6
Resultado financeiro líquido	(174,3)	–	(174,3)	(171,2)		



	2010		2009	
	Cerveja	RefrigeNanc	Total	Total
Volume	84,5	29,3	113,8	76,3
Receita líquida	14.279,1	2.867,3	17.146,4	12.064,7
Custo dos produtos vendidos	(4.167,2)	(1.253,7)	(5.420,9)	(3.411,9)
Lucro bruto	10.111,9	1.613,6	11.725,5	8.652,8
Despesas comerciais	(3.465,0)	(530,2)	(3.995,2)	(2.843,5)
Despesas administrativas	(793,1)	(77,5)	(870,6)	(911,0)
Outras receitas(despesas) operacionais	501,9	132,3	634,2	392,5
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	6.355,7	1.138,2	7.493,9	5.290,8
Receitas e (despesas) especiais	(59,2)	(0,1)	(59,3)	166,3
Lucro operacional (EBIT)	6.296,5	1.138,1	7.434,6	5.457,1
Resultado financeiro líquido	(143,4)	–	(143,4)	(787,5)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.153,1	1.138,1	7.291,2	4.669,6
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.481,0)	–	(1.481,0)	(1.372,2)
Lucro líquido do exercício	4.672,1	1.138,1	5.810,2	3.297,4
EBITDA normalizado	7.120,2	1.370,5	8.490,7	5.883,8
Receitas (despesas) especiais	(59,2)	(0,1)	(59,3)	166,3
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas especiais)	(764,5)	(232,3)	(996,8)	(592,9)
Resultado financeiro líquido	(143,4)	–	(143,4)	(787,6)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(1.481,0)	–	(1.481,0)	(1.372,2)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.672,1	1.138,1	5.810,2	3.297,4
Margem EBITDA normalizado em %	49,9%	47,8%	49,5%	48,8%

	2010		2009	
	Cerveja	Refrigerante	Total	Total
Volume	2,5	3,8	6,3	2,6
Receita líquida	288,5	275,5	564,0	473,9
Custo dos produtos vendidos	(178,1)	(194,8)	(372,9)	(290,2)
Lucro bruto	110,4	80,7	191,1	183,7
Despesas comerciais	(162,2)	(97,2)	(259,4)	(251,8)
Despesas administrativas	(33,7)	(24,3)	(58,0)	(60,6)
Outras receitas (despesas) operacionais	2,3	0,8	3,1	22,8
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	(83,2)	(40,0)	(123,2)	(105,9)
Receitas e (despesas) especiais	–	–	–	(6,8)
Lucro operacional (EBIT)	(83,2)	(40,0)	(123,2)	(112,7)
Resultado financeiro líquido	(30,9)	–	(30,9)	76,3
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(114,1)	(40,0)	(154,1)	(36,4)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	5,0	–	5,0	(8,6)
Lucro líquido do exercício	(109,1)	(40,0)	(149,1)	(45,0)
EBITDA normalizado	(43,9)	(11,8)	(55,7)	(50,5)
Receitas (despesas) especiais	–	–	–	(6,8)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas especiais)	(39,3)	(28,2)	(67,5)	(55,4)
Resultado financeiro líquido	(30,9)	–	(30,9)	76,3
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5,0	–	5,0	(8,6)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(109,1)	(40,0)	(149,1)	(45,0)
Margem EBITDA normalizado em %	-15,2%	-4,3%	-9,9%	-10,6%

	2010		2009	
	Cerveja	RefrigeNanc	Total	Total
Volume	21,0	12,9	33,9	20,1
Receita líquida	2.848,7	1.008,6	3.857,3	2.785,9
Custo dos produtos vendidos	(880,5)	(619,8)	(1.500,3)	(881,1)
Lucro bruto	1.968,2	388,8	2.357,0	1.904,8
Despesas comerciais	(481,3)	(240,2)	(721,5)	(471,4)
Despesas administrativas	(132,1)	(7,7)	(139,8)	(145,7)
Outras receitas (despesas) operacionais	(13,9)	–	(13,9)	(16,7)
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	1.340,9	140,9	1.481,8	1.271,0
Receitas e (despesas) especiais	(14,1)	–	(14,1)	(13,3)
Lucro operacional (EBIT)	1.326,8	140,9	1.467,7	1.257,7
Resultado financeiro líquido	(97,1)	(0,4)	(97,5)	(186,0)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.229,7	140,5	1.370,2	1.071,7
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(404,5)	(2,2)	(406,7)	(371,7)
Lucro líquido do exercício	825,2	138,3	963,5	700,0
EBITDA normalizado	1.561,6	202,4	1.764,0	1.494,3
Receitas (despesas) especiais	(14,1)	–	(14,1)	(13,3)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas especiais)	(220,7)	(61,5)	(282,2)	(223,3)
Resultado financeiro líquido	(97,1)	(0,4)	(97,5)	(186,0)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(404,5)	(2,2)	(406,7)	(371,7)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	825,2	138,3	963,5	700,0
Margem EBITDA normalizado em %	54,8%	20,1%	45,7%	53,6%

	2010		2009	
	Cerveja	Total	Cerveja	Total
Volume	11,2	11,2	11,6	11,6
Receita líquida	3.665,6	3.665,6	3.953,3	3.953,3
Custo dos produtos vendidos	(1.154,9)	(1.154,9)	(1.340,4)	(1.340,4)
Lucro bruto	2.510,7	2.510,7	2.612,9	2.612,9
Despesas comerciais	(1.062,5)	(1.062,5)	(1.118,6)	(1.118,6)
Despesas administrativas	(128,5)	(128,5)	(190,3)	(190,3)
Outras receitas (despesas) operacionais	1,5	1,5	4,5	4,5
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	1.321,2	1.321,2	1.308,5	1.308,5
Receitas (despesas) especiais	(77,4)	(77,4)	(9,6)	(9,6)
Lucro operacional (EBIT)	1.243,8	1.243,8	1.298,9	1.298,9
Resultado financeiro líquido	(47,6)	(47,6)	(84,9)	(84,9)
Participação no resultado das coligadas	0,2	0,2	0,7	0,7
Lucro antes do IRPJ e contribuição social	1.196,4	1.196,4	1.214,7	1.214,7
Despesa com IRPJ e contribuição social	(201,8)	(201,8)	(455,6)	(455,6)
Lucro líquido do exercício	994,6	994,6	759,1	759,1
EBITDA normalizado	1.507,9	1.507,9	1.524,9	1.524,9
Receitas (despesas) especiais	(77,4)	(77,4)	(9,6)	(9,6)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas especiais)	(186,8)	(186,8)	(216,4)	(216,4)
Resultado financeiro líquido	(47,5)	(47,5)	(84,9)	(84,9)
Participação no resultado das coligadas	0,2	0,2	0,7	0,7
Despesa com IRPJ e contribuição social	(201,8)	(201,8)	(455,6)	(455,6)
Lucro líquido do exercício	994,6	994,6	759,1	759,1
Margem EBITDA normalizado em %	41,1%	41,1%	38,6%	38,6%

5. Aquisições e Baixas de Subsidiárias

	2010		2009	
	Aquisição	Baixa	Aquisição	Baixa
Ativo				
Ativo não corrente				
Imobilizado	–	17,2	(121,4)	–
Ativo intangível	–	25,5	–	–
Aplicações financeiras	–	0,1	125,5	–
Contas a receber e outras contas a receber	–	–	(1,0)	–
	–	42,8	3,1	–
Ativo corrente				
Estoques	–	4,0	(24,3)	–
Contas a receber e outras contas a receber	–	1,2	(18,4)	–
Caixa e equivalentes a caixa	–	11,4	(12,3)	–
Ativos mantidos para a venda	–	–	–	–
	–	16,6	(55,0)	–
Passivo não corrente				
Benefícios a funcionários	–	(2,4)	–	–
Provisões	–	(1,5)	0,5	–
	–	(3,9)	0,5	–
Passivo corrente				
Empréstimos e financiamentos	–	–	7,6	–
Impostos a pagar	–	(4,5)	–	–
Contas a pagar	–	(13,8)	(5,8)	–
	–	(18,3)	1,8	–
Ativos e passivos identificáveis líquidos	–	37,2	(49,6)	–
Ágio na aquisição	–	18,7	–	–
Perda/(ganho) na alienação	–	–	49,6	–
Valores pagos/(recebidos) em caixa	–	–	6,3	–
Caixa (adquirido)/vendido	–	(11,4)	12,3	–
Saída / (entrada) de caixa líquido	–	44,5	18,6	–

Em 20 de outubro de 2010, a AmBev e a Cerveceria Regional S.A. ("Cerveceria Regional"), concluíram uma operação na qual combinaram seus negócios na Venezuela, sendo que os controladores da Cerveceria Regional passaram a deter uma participação de 85% no novo negócio e a AmBev os 15% restantes, a qual pode ser aumentada para 20% nos próximos quatro anos.

A mensuração do valor justo do novo investimento, conforme descrito no IAS 27, CPC 35 e 36 *Demonstrações financeiras consolidadas e separadas*, levou ao reconhecimento de uma perda por impairment de R\$49,6.

Aquisição ocorrida em 2009:

Quilmes – Aquisição da Bebidas y Aguas Gaseosas Occidente S.R.L.

A subsidiária Quilmes Industrial Socié Anonyme ("Quinsa") adquiriu, em março de 2009, junto à SAB Miller plc, 100% do capital social da Bebidas y Aguas Gaseosas Occidente S.R.L., engarrafadora exclusiva da Pepsi na Bolívia, por um montante total aproximado de US\$27,0 equivalentes a R\$47,0 em 31 de dezembro de 2009 (R\$44,5 na data de transação).

6. Receita Líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas e ou serviços	26.955,1	23.099,0	46.881,4	41.484,1
Deduções da receita bruta	(14.212,9)	(11.971,6)	(21.648,1)	(18.290,1)
	12.742,2	11.127,4	25.233,3	23.194,0

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo.

	2010		2009	
	Cerveja	RefrigeNanc	Total	Total
Volume	84,5	29,3	113,8	76,3
Receita líquida	14.279,1	2.867,3	17.146,4	12.064,7
Custo dos produtos vendidos	(4.167,2)	(1.253,7)	(5.420,9)	(3.411,9)
Lucro bruto	10.111,9	1.613,6	11.725,5	8.652,8
Despesas comerciais	(3.465,0)	(530,2)	(3.995,2)	(2.843,5)
Despesas administrativas	(793,1)	(77,5)	(870,6)	(911,0)
Outras receitas(despesas) operacionais	501,9	132,3	634,2	392,5
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	6.355,7	1.138,2	7.493,9	5.290,8
Receitas e (despesas) especiais	(59,2)	(0,1)	(59,3)	166,3
Lucro operacional (EBIT)	6.296,5	1.138,1	7.434,6	5.457,1
Resultado financeiro líquido	(143,4)	–	(143,4)	(787,5)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.153,1	1.138,1	7.291,2	4.669,6
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.481,0)	–	(1.481,0)	(1.372,2)
Lucro líquido do exercício	4.672,1	1.138,1	5.810,2	3.297,4
EBITDA normalizado	7.120,2	1.370,5	8.490,7	5.883,8
Receitas (despesas) especiais	(59,2)	(0,1)	(59,3)	166,3
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas especiais)	(764,5)	(232,3)	(996,8)	(592,9)
Resultado financeiro líquido	(143,4)	–	(143,4)	(787,6)
Participação no resultado das coligadas	–	–	–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(1.481,0)	–	(1.481,0)	(1.372,2)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.672,1	1.138,1	5.810,2	3.297,4
Margem EBITDA normalizado em %	49,9%	47,8%	49,5%	48,8%

	2010		2009	
	Cerveja	Refrigerante	Total	Total
Volume	2,5	3,8	6,3	2,6
Receita líquida	288,5	275,5	564,0	473,9
Custo dos produtos vendidos	(178,1)	(194,8)	(372,9)	(290,2)
Lucro bruto	110,4	80,7	191,1	183,7
Despesas comerciais	(162,2)	(97,2)	(259,4)	(251,8)
Despesas administrativas	(33,7)	(24,3)	(58,0)	(60,6)
Outras receitas (despesas) operacionais	2,3	0,8	3,1	22,8
Resultado operacional normalizado (EBIT normalizado)	(83,2)	(40,0)	(123,2)	(105,9)
Receitas e (despesas) especiais	–	–	–	(6,8)
Lucro operacional (EBIT)	(83,2)	(40,0)	(123,2)	(112,



13. Investimentos

a) Movimentação da participação em controladas diretas

Participação em controladas	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	25.304,8
Equivalência patrimonial	2.370,6
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.544,2)
Dividendos recebidos e a receber	(2.400,4)
Reserva de <i>Hedge</i> em controladas	302,3
Perdas atuariais	(91,0)
Aporte de capital na controlada Arosuco	61,2
Efeito ajustes CPCs	60,3
Pagamento baseado em ações em controladas	14,4
Saldo em 31 de dezembro de 2009	24.078,0
Equivalência patrimonial	4.095,1
Variação cambial de investimentos no exterior	(344,3)
Dividendos recebidos e a receber	(1.803,9)
Reserva de <i>Hedge</i> em controladas	49,5
Perdas atuariais	(138,7)
Perdas na aquisição de não controladores	(27,5)
Perdas patrimoniais em controladas	(0,5)
Efeito ajustes CPCs	(63,7)
Pagamento baseado em ações em controladas	26,2
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.870,2

b) Informações sobre controladas diretas

Controlada	2010			2009		
	Participação %	Patrimônio Líquido	Investimento	Participação %	Patrimônio Líquido	Investimento
Agrega	50,00	23,4	11,7	50,00	24,2	12,1
AmBev Bebidas (i)	99,50	832,6	814,5	99,50	736,1	723,0
AmBev International	100,00	60,2	60,2	100,00	71,1	71,1
Anep – Antartica Empreendimentos e Participações Ltda. (“Anep”)	100,00	129,6	129,6	100,00	88,7	88,7
Arosuco (i)	99,70	1.609,1	1.535,4	99,70	1.683,6	1.590,4
BSA Bebidas Ltda. (i)	100,00	19,4	18,2	100,00	14,4	11,8
CRBS S.A	10,68	209,9	22,4	10,68	202,5	21,6
Dahlen S.A	100,00	642,1	642,1	100,00	681,6	681,6
Eagle (i)	95,43	2.848,7	2.718,9	95,43	2.948,3	2.813,6
Fazenda do Poço Agrícola e Florestamento S.A. (“Fazenda do Poço”)	91,41	0,6	0,5	91,41	0,6	0,6
Fratelli Vita (i)	77,97	488,3	376,9	77,97	370,5	286,1
Hohneck S.A	50,69	1.857,6	941,7	50,69	2.027,8	1.027,9
Labatt AS (iv)	89,92	18.631,1	16.753,2	99,99	13.238,8	13.238,8
Lambic Holding S.A	87,10	866,3	754,5	87,10	1.217,6	1.060,5
Londrina Bebidas Ltda. (i)	95,89	625,1	588,7	95,89	517,9	493,7
Malteria Pampa S.A. (i)	60,00	653,1	361,6	60,00	476,8	257,4
Quinsa (iv)	–	–	–	42,43	3.646,5	1.547,3
Skol	11,84	1.184,1	140,1	11,84	1.281,7	151,8
		30.681,2	25.870,2		29.228,7	24.078,0

14. Imobilizado

Custo de aquisição	2010			2009		
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Saldo inicial	1.506,2	4.313,3	1.196,5	384,4	7.400,4	7.135,8
Aquisições	–	–	–	1.197,5	1.197,5	702,4
Alienações	(0,5)	(19,7)	(47,7)	–	(67,9)	(288,4)
Transferência para outras categorias de ativos	51,4	446,3	166,4	(785,5)	(121,4)	(149,4)
Outros	–	–	–	–	–	–
Saldo final	1.557,1	4.739,9	1.315,2	796,4	8.408,6	7.400,4
Depreciação e Impairment	(783,9)	(3.102,7)	(795,9)	–	(4.682,5)	(4.511,9)
Depreciação	(55,5)	(397,4)	(165,7)	–	(618,6)	(448,4)
Perdas de redução ao valor de recuperação	–	(80,9)	–	–	(80,9)	(67,4)
Alienações	–	(0,9)	43,8	–	42,9	205,3
Transferências para outras categorias de ativos	–	114,2	(1,0)	–	113,2	139,9
Outros	–	3,2	–	–	3,2	–
Saldo final	(839,4)	(3.464,5)	(918,8)	–	(5.222,7)	(4.682,5)
Valor contábil:	722,3	1.270,6	400,6	384,4	2.717,9	2.717,9
31 de dezembro de 2009	717,7	1.275,4	396,4	796,4	3.185,9	–

Custo de aquisição	31/12/2010			31/12/2009		
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Saldo inicial	3.152,2	10.081,4	2.020,7	612,1	15.866,4	16.043,1
Efeito de variação cambial	(112,1)	(471,0)	(50,7)	(11,5)	(645,3)	(1.687,8)
Aquisições por meio de combinações de negócios	–	–	–	–	–	17,1
Aquisições	4,0	139,7	44,1	2.037,1	2.224,9	1.307,1
Baixa de subsidiária	(98,1)	(477,0)	(33,5)	(1,9)	(610,5)	–
Alienações	(4,8)	(140,7)	(147,9)	(0,5)	(293,9)	(245,1)
Transferência para outras categorias de ativos	49,1	511,5	471,8	(1.235,5)	(203,1)	(217,0)
Outros (i)	17,1	85,0	6,2	1,6	109,9	649,0
Saldo final	3.007,4	9.728,9	2.310,7	1.401,4	16.448,4	15.866,4
Depreciação e Impairment	(1.380,6)	(6.597,2)	(1.293,4)	–	(9.271,3)	(8.738,5)
Efeito de variação cambial	54,1	352,9	25,3	–	432,3	767,8
Depreciação	(100,7)	(869,6)	(293,5)	–	(1.263,8)	(1.109,0)
Perdas de redução ao valor de recuperação (ii)	–	(150,3)	(2,6)	–	(152,9)	(100,9)
Baixa de subsidiária	65,9	408,7	12,8	–	487,4	–
Alienações	1,5	75,3	160,0	–	236,8	184,2
Transferências para outras categorias de ativos	8,5	405,2	(231,1)	–	182,6	200,7
Outros (i)	(12,8)	(58,4)	3,9	–	(67,3)	(475,6)
Saldo final	(1.364,1)	(6.433,4)	(1.618,6)	–	(9.416,1)	(9.271,3)
Valor contábil:	1.771,6	3.484,2	727,3	612,1	6.595,1	6.595,1
31 de dezembro de 2009	1.643,3	3.295,5	692,1	1.401,4	7.032,3	–

16. Ativo Intangível

Custo de aquisição	Controladora 2010			Controladora 2009		
	Ativos de mercado	Software	Total	Ativos de mercado	Software	Total
Saldo inicial	1.017,5	279,5	1.297,0	1.242,0	–	1.242,0
Aquisições e despesas	65,3	1,0	66,3	73,6	–	73,6
Alienação	(4,4)	–	(4,4)	(7,1)	–	(7,1)
Aquisição por meio de combinação de negócios	–	–	–	–	–	–
Transferências para outras categorias de ativos	(3,2)	11,1	7,9	(11,5)	–	(11,5)
Saldo no final	1.075,2	291,6	1.366,8	1.297,0	–	1.297,0

Ativos de	2010			2009		
	Marcas	Software	Outros	Marcas	Software	Outros
Saldo inicial	1.465,3	–	–	1.239,1	–	–
Efeito de variação cambial	(82,9)	–	–	(6,0)	–	–
Aquisições e despesas	0,2	110,7	6,1	–	–	–
Alienação	–	(8,4)	–	–	–	–
Aquisição por meio de combinação de negócios	–	–	–	–	–	–
Transferências para outras categorias de ativos	–	(3,5)	23,6	–	–	–
Saldo no final	1.382,6	1.337,9	378,1	1.337,9	378,1	378,1
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação	–	(976,6)	(258,3)	(60,6)	(1.295,5)	(1.172,4)
Efeito de variação cambial	–	–	3,7	–	10,7	34,8
Amortização	–	(92,6)	(38,1)	–	(149,4)	(166,6)
Alienação	–	3,4	–	–	3,4	–
Transferências para outras categorias de ativos	–	0,2	(26,2)	–	(25,8)	8,7
Saldo no final	–	(1.065,6)	(292,5)	(98,5)	(1.456,6)	(1.295,5)
Valor contábil:	1.465,3	262,5	96,1	108,7	1.932,6	1.932,6
31 de dezembro de 2009	1.382,6	272,3	85,6	82,7	1.823,2	–

(i) Os ativos intangíveis de vida útil definida é de 5 anos. A amortização é, portanto, calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear. A AmBev é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Conseqüentemente, espera-se que algumas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo exercício em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas são consideradas como de vida útil indefinida. O valor contábil dos intangíveis de vida útil indefinida foi alocado para os seguintes países:

	Consolidado	
	2010	2009
Argentina	627,2	684,4
Bolívia	282,4	293,9
Canadá	67,4	66,8
Chile	44,9	43,4
Paraguai	277,8	288,2
Uruguai	82,9	88,6
	1.382,6	1.465,3

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem do teste de redução ao valor de recuperação do ágio, veja nota explicativa 15 – *Ágio*. Os recursos provenientes de *royalties* que poderiam ser obtidos com licenciamento do intangível para um terceiro em uma transação em condições normais de mercado também são usados como indicadores de valor justo.

17. Aplicações Financeiras

Aplicações não correntes	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Títulos patrimoniais disponíveis para venda	20,3	16,1	168,0	–
Títulos de dívida mantidos até o vencimento	–	–	0,8	219,8
Títulos mantidos até o vencimento	–	–	39,9	27,1
	20,3	16,1	208,7	246,9

Controlada	2010			2009		
	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Equivalência patrimonial	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Equivalência patrimonial
Agrega	50,00	14,8	7,4	50,00	15,8	7,9
AmBev Bebidas (i)	99,50	896,5	887,5	99,50	725,1	712,0
AmBev International	100,00	(10,9)	(10,9)	100,00	(48,0)	(48,0)
Anep – Antartica Empreendimentos e Participações Ltda. (“Anep”)	100,00	40,9	40,9	100,00	6,3	6,3
Arosuco (i)	99,70	934,2	950,8	99,70	654,6	610,2
BSA Bebidas Ltda. (i)	100,00	5,0	6,4	100,00	7,3	4,8
CRBS S.A	10,68	12,2	1,3	10,68	(38,8)	(4,1)
Dahlen S.A	100,00	(10,8)	(10,8)	100,00	5,8	5,8
Eagle (i)	95,43	(13,6)	(13,0)	95,43	(517,8)	(494,1)
Fazenda do Poço Agrícola e Florestamento S.A. (“Fazenda do Poço”)	91,41	–	–	91,41	–	–
Fratelli Vita (i)	77,97	192,5	149,1	77,97	34,5	26,2
Goldensand (ii)	–	–	–	–	15,1	15,1
Hohneck S.A	50,69	367,9	186,5	50,69	(1,4)	(0,7)
Labatt AS (iv)	89,92	1.404,0	1.299,5	99,99	759,2	759,4
Lambic Holding S.A	87,10	109,7	95,6	87,10	93,1	81,0
Londrina Bebidas Ltda. (i) (iii)	95,89	197,2	181,3	95,89	274,4	245,0
Malteria Pampa S.A. (i)	60,00	208,7	123,6	60,00	159,5	95,3
Quinsa (iv)	–	408,5	173,3	42,43	817,3	346,8
Skol	11,84	225,0	26,6	11,84	14,7	1,7
		4.981,8	4.095,1		2.976,7	2.370,6

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não representar o valor correto em função dos arredondamentos dos percentuais de participação.

c) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Denominação	Total de participação indireta – %	
	2010	2009
Qib	99,97	–
Quinsa (iv)	–	57,38
Jalua Spain S.L.	100	100
Monthiers	100	100
Aspen	100	100
(i) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.		
(ii) Empresa incorporada pela AmBev em 28 de abril de 2009.		
(iii) Antes da incorporação da empresa Goldensand, a Companhia participava indiretamente em 100% na Londrina Bebidas.		
(iv) Alteração de participação referente a reestruturação societária de controladas. O ágio constituído sobre a subsidiária Quinsa, foi integralmente incorporado como aumento de capital na Labatt AS, após a referida reestruturação societária, não gerando ganho ou perda no resultado.		

Custo de aquisição	2010			Controladora 2009		
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Saldo inicial	1.506,2	4.313,3	1.196,5	384,4	7.400,4	7.135,8
Aquisições	–	–	–	1.197,5	1.1	



Companhia de Bebidas das Américas – AmBev

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 02.808.708/0001-07 – NIRE 35.300.157.770

A expectativa de utilização dos prejuízos fiscais está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2011	19,5	135,2
2012	28,3	196,3
2013	1,4	10,0
A partir de 2014	4,6	32,2
	53,8	373,7

Parte do benefício fiscal correspondente aos prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foi registrado como ativo, já que a Administração não pode determinar se sua realização é provável. O total de ativos fiscais diferidos não reconhecidos, relativos a prejuízos fiscais a compensar nessas subsidiárias, totalizam R\$154,6 em 31 de dezembro de 2010 e seu prazo de prescrição é, em média, de 5 anos (R\$121,9 em 31 de dezembro 2009). O prejuízo fiscal a compensar relacionado a esses ativos fiscais diferidos não reconhecidos equivale a R\$673,6 em 31 de dezembro de 2010 (R\$514,7 em 31 de dezembro de 2009).

19. Estoques

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Adiantamentos	174,0	10,7
Matéria-prima e consumíveis	556,7	502,3
Produtos em elaboração	53,9	59,7
Produto acabado	176,0	151,5
Produto acabado para revenda	–	–
	960,6	724,2
	1.905,2	1.488,1

A provisão para perda de estoques reconhecida em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$15,6 na Controladora e R\$74,1 no Consolidado (R\$3,6 na Controladora e R\$40,9 no

A idade de nossas contas a receber de clientes e demais contas a receber, juros a receber e outras contas a receber está demonstrada como segue:

	Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	A vencer	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	Controladora Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber e demais contas a receber	838,9	833,2	5,7	–	–	–	–
Juros a receber	132,4	132,4	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	4,1	4,1	–	–	–	–	–
	975,4	969,7	5,7	–	–	–	–

	Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	A vencer	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	Consolidado Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber e demais contas a receber	1.839,7	1.810,2	10,6	5,0	6,6	6,0	1,3
Juros a receber	159,8	159,8	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	153,1	153,1	–	–	–	–	–
	2.152,6	2.123,1	10,6	5,0	6,6	6,0	1,3

	Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	A vencer	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	Controladora Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber e demais contas a receber	794,0	788,6	5,4	–	–	–	–
Juros a receber	10,4	10,4	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	27,5	27,5	–	–	–	–	–
	831,9	826,5	5,4	–	–	–	–

	Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	A vencer	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	Consolidado Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber e demais contas a receber	1.771,3	1.745,3	12,1	3,8	6,1	3,2	0,8
Juros a receber	52,5	52,5	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	169,9	169,9	–	–	–	–	–
	1.993,7	1.967,7	12,1	3,8	6,1	3,2	0,8

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 – *Instrumentos Financeiros: Divulgações* a análise dos recebíveis vencidos em 31 de dezembro de 2010 mas não provisionados considera também a parte não vencida do contas a receber, bem com a existência de garantias. A provisão para devedores duvidosos reconhecida no resultado em 2010 na Controladora foi de R\$9,2 (R\$17,7 em 2009) e no Consolidado de R\$16,2 (R\$32,6 em 2009). A exposição de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na nota 29 – *Riscos resultantes de instrumentos financeiros*.

21. Caixa e Equivalentes a Caixa

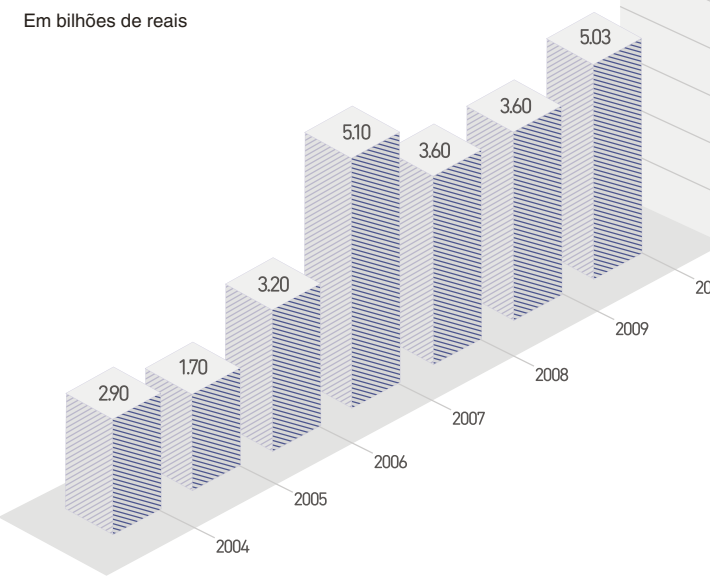
	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	1.472,7	1.283,8
Contas correntes	85,1	80,4
Caixa	59,9	52,4
Caixa e equivalentes a caixa	1.617,7	1.416,6
Conta garantida	–	(1,0)
Total líquido da conta garantida	1.617,7	1.416,6

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

22. Ativos Mantidos para Venda

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Ativos mantidos para venda (imobilizado)	49,4	57,6
Os ativos mantidos para venda referem-se a terrenos e edifícios, localizados principalmente no Brasil. A Administração está empenhada em realizar estes ativos que não são utilizados em sua operação.	51,8	60,2

Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio



Informação adicional e suplementar as demonstrações financeiras consolidadas Informações de 2007 a 2010 em IFRS e anos anteriores em BRGAAP (Não auditado).

23. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

	Preferenciais	Ordinárias	2010 Total	2009 (i) Total
No final do exercício anterior	1.351.965	1.732.975	3.084.940	3.074.680
Alterações no exercício	8.507	10.914	19.421	10.260
	1.360.472	1.743.889	3.104.361	3.084.940

(i) Em 17 de dezembro de 2010 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia por meio da qual cada ação preferencial e ordinária passou a ser representada por 5 (cinco) ações preferenciais e 5 (cinco) ações ordinárias, respectivamente, sem qualquer alteração do montante financeiro do capital social da Companhia. Para fins de comparação, as informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2009 foram refeitas para refletir o efeito desse desdobramento.

Nossas ações ordinárias outorgam direito de voto nas assembleias de acionistas. Já nossas ações preferenciais não dão direito a voto (exceto nas hipóteses previstas em lei), porém têm prioridade na restituição de capital em caso de liquidação e fazem jus a um recebimento adicional de 10% sobre os dividendos pagos aos detentores de ações ordinárias. Conforme determina o estatuto social, a Companhia deve distribuir aos acionistas, a título de dividendo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 35% dos lucros apurados conforme os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ajustados na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da AmBev. O dividendo obrigatório inclui os montantes pagos a título de juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia, no montante de R\$7.613,8 (R\$6.832,1 em 31 de dezembro de 2009), estava representado por 3.104.361 mil ações, sendo 1.360.472 mil ações preferenciais e 1.743.889 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (em 2009 haviam 3.084.940 mil ações, sendo 1.351.965 mil ações preferenciais e 1.732.975 mil ações ordinárias). Alterações de capital durante o exercício de 2010: Em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) realizada em 27 de setembro de 2010, o capital social foi aumentado em R\$246,4 mediante a subscrição e a integralização pelos acionistas da Companhia de 2.835 mil novas ações ordinárias e 4.660 mil novas ações preferenciais emitidas conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2010. No referido aumento foi apurado o ágio no valor de R\$8,3, referente à subscrição pública de minoritários realizada em leilão, que foi destinado para reserva de capital na conta “Reserva de ágio na subscrição de ações”. Em AGE realizada em 28 de abril de 2010, ocorreram as seguintes modificações no capital social da Companhia:

Consolidado em 31 de dezembro de 2009). O valor da provisão para perdas nos estoques, reconhecida no resultado na Controladora foi de R\$22,1 em 2010 (R\$5,6 em 2009) e no Consolidado R\$44,8 (R\$15,8 em 2009).

20. Contas a Receber e Demais Contas a Receber

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Não correntes		
Contas a receber de clientes	–	5,3
Garantias e depósitos	460,1	413,3
Créditos tributários de reestruturação societária	931,8	1.282,8
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	222,0	–
Impostos indiretos a recuperar	220,8	188,8
Partes relacionadas	17,7	26,6
Outras contas a receber	94,2	57,9
	1.946,6	1.974,7

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Correntes		
Contas a receber de clientes	838,9	794,0
Juros a receber	132,4	10,4
Impostos indiretos a recuperar	251,7	201,0
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	42,6	279,1
Despesas antecipadas de marketing	443,5	371,1
Partes relacionadas	181,8	244,1
Outras contas a receber	4,1	27,5
	1.895,0	1.927,2

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Aumento do capital social no montante de R\$374,7, mediante a emissão de 8.080 mil ações ordinárias e 3.845 mil ações preferenciais em favor de Interbrew e AmBrew, controladores da Companhia, integralizadas com a capitalização de 70% do benefício fiscal auferido pela Companhia com a amortização parcial da reserva especial de ágio no exercício social de 2009.		
Aumento do capital social no montante de R\$160,6, sem emissão de ações, correspondente à capitalização de 30% do benefício fiscal auferido pela Companhia com a amortização parcial da reserva especial de ágio no exercício social de 2009.		
Alterações de capital durante o exercício de 2009: Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 30 de julho de 2009, ocorreram as seguintes modificações no capital social da Companhia: Aumento do capital social no montante de R\$19,1, mediante a emissão de 720 mil ações preferenciais integralmente subscritas pelo Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR relativo a liberação de recursos de incentivos fiscais do imposto de renda.		

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Aumento do capital social no montante de R\$2,6, mediante a capitalização da conta “Reserva de Incentivo Fiscal – Reinvestimento do Imposto de Renda”, sendo R\$0,6 referente ao ano calendário 2004 e R\$1,9 referente ao ano calendário 2006, sem emissão de novas ações.		
Cancelamento do aumento de capital efetuado em RCA de 09/10/2008 no valor de R\$(2,2), onde foram emitidas 120 mil ações preferenciais para subscrição pelo FINOR ao preço de R\$91,86 cada uma, tendo em vista que tais ações não foram integralizadas, considerando o decurso do prazo para liberação dos respectivos recursos.		
Em AGE realizada em 29 de junho de 2009, o capital social foi aumentado em R\$65,9, conforme verificação da subscrição e integralização pelos acionistas da Companhia das 1.415 mil ações ordinárias e 2.280 mil ações preferenciais emitidas na AGE de 28 de abril de 2009. Em AGE realizada em 28 de abril de 2009, ocorreram as seguintes modificações no capital social da Companhia: Aumento do capital social no montante de R\$101,3, mediante a emissão de 4.020 mil ações ordinárias e 1.945 mil ações preferenciais em favor de Interbrew International B.V. e AmBrew S/A, controladores da Companhia, integralizadas com a capitalização de 70% do benefício fiscal auferido pela Companhia com a amortização parcial da reserva especial de ágio no exercício social de 2008.		

Aumento do capital social no montante de R\$43,4, sem emissão de ações, correspondente à capitalização de 30% do benefício fiscal auferido pela Companhia com a amortização parcial da reserva especial de ágio no exercício social de 2008.

(b) Capital autorizado Sem necessidade de alteração em seus estatutos, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital para até 3.500.000 mil ações (com o efeito do desdobramento, veja nota explicativa 23 (a) (i)), mediante deliberação do Conselho de Administração que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão, determinando também se o capital acionário será aumentado por meio de colocação pública ou privada.

(c) Juros sobre capital próprio (“JCP”) / Dividendos Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio (“JCP”), calculado com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), que são dedutíveis para fins de imposto de renda e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos obrigatórios. Embora contabilizados nos livros estatutários e fiscais como despesa financeira, quando da alocação dos valores a serem distribuídos aos acionistas eles são reclassificados para o patrimônio líquido e apresentados como dividendos, para refletir a essência da transação. Dessa forma, os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas são considerados como dividendos e não são registrados na demonstração de resultados. Eventos ocorridos durante o exercício de 2010: O Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”), no valor total bruto de R\$5.007,3 os quais serão alocados ao dividendo mínimo compulsório do exercício de 2010, sendo: a) R\$3.213,1 a título de dividendos, e R\$1.796,8 a título de JCP, ambos resultante do lucro apurado no exercício de 2010; e b) R\$707,8 a título de dividendos, e R\$289,5 a título de JCP, que foram deduzidos da reserva de investimentos.

Os valores brutos, pagos por ação, foram de R\$8,51 por ação preferencial e R\$7,74 por ação ordinária. A distribuição de JCP foi tributada segundo a legislação em vigor, o que resultou em uma distribuição líquida total de dividendos e JCP, de R\$8,24 por ação preferencial e R\$7,49 por ação ordinária. Esses pagamentos foram efetuados durante o exercício de 2010, através de Reuniões do Conselho de Administração, e sua ratificação será submetida para deliberação na Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O JCP e dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data do início do pagamento, prescrevem e são revertidos a favor da Companhia. Durante o ano de 2010, a Companhia registrou R\$6,3 de JCP e dividendos prescritos (R\$8,6 em 31 de dezembro de 2009). Eventos ocorridos durante o exercício de 2009: O Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”), no valor total bruto de R\$3.305,8, sendo R\$2.290,4 a título de dividendos, e R\$1.015,4 a título de JCP, ambos resultante do lucro apurado no exercício de 2009, os quais foram alocados ao dividendo mínimo compulsório do exercício de 2009. Os valores brutos, pagos por ação, foram de R\$5,65 por ação preferencial e R\$5,14 por ação ordinária. A distribuição de JCP foi tributada segundo a legislação em vigor, o que resultou em uma distribuição líquida total de dividendos e JCP, de R\$5,39 por ação preferencial e R\$4,90 por ação ordinária. Esses pagamentos foram efetuados durante o exercício de 2009, através de Reuniões do Conselho de Administração, e sua ratificação será submetida para deliberação na Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

(d) Reservas de hedge As reservas de hedge compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício – nota explicativa 29 – *Riscos decorrentes de instrumentos financeiros*.

(e) Reservas de conversão As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis das operações no exterior.

(f) Ganhos e perdas atuariais Os ganhos e perdas atuariais abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de aposentadoria da Companhia.

(g) Pagamento baseado em ações Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia. A AmBev adotou a IFRS 2 e CPC 10, Pagamento baseado em ações, para todos os programas concedidos após 7 de novembro de 2002.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$87,2 e R\$83,0 na Controladora e R\$120,3 e R\$134,7 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente (nota explicativa 26 – *Pagamento baseado em ações*).

(h) Ações em tesouraria As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia. Os ganhos e perdas relacionados realização das transações de pagamento baseado em ações são registrados na reserva “Resultado sobre ações em tesouraria”.

Movimentação de ações em tesouraria em milhões de reais para os exercícios findos em

	2010	2009
No início do exercício	(47,7)	(109,3)
Recompra de ações do Plano	(3,0)	(15,4)
Transferência de ações – Finor	–	(9,9)
Cancelamentos	–	0,1
Transferência de ações para acionistas do Plano	27,2	86,8
Reclassificação plano de ações	19,1	–
	(4,4)	(47,7)

(i) Lucro por ação Em 17 de dezembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária deliberou o desdo-

bramento das ações de emissão da Companhia por meio da qual cada ação ordinária e cada ação preferencial de emissão da Companhia passou a ser representada por 5 (cinco) ações ordinárias e 5 (cinco) ações preferenciais, respectivamente, após o desdobramento, sem qualquer alteração do montante financeiro do capital social da Companhia. Após o desdobramento, a relação existente entre as ações emitidas e os ADRs foi mantida à razão de 1/1, ou seja, cada ADR continuou a ser representado por uma ação ordinária ou preferencial, conforme o caso. Para fins de comparação, as informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2009 foram refeitas para refletir o efeito desse desdobramento.

Lucro por ação básico O lucro por ação básico é calculado sobre o lucro atribuível aos acionistas da AmBev, de R\$7.561,4 (R\$5.986,1 em 31 de dezembro de 2009) e na quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, e foi calculado como segue:

	Preferenciais	Ordinárias	2010 Total
Ações emitidas em 1º de janeiro, líquidas das ações em tesouraria	1.349.812	1.732.369	3.082.181
Efeito das ações emitidas / recompradas	5.448	4.867	10.315
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro	1.355.260	1.737.237	3.092.497

Lucro por ação diluído O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, assim sendo é baseado no lucro atribuível aos acionistas da AmBev, de R\$7.561,4 (R\$5.986,1 em 31 de dezembro de 2009) e na quantidade média ponderada de ações em circulação (diluídas) durante o exercício, e foi calculado como segue:

	Preferenciais	Ordinárias	2010 Total
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro	1.355.260	1.737.237	3.092.497
Efeito das opções de ações	9.971	–	9.971
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	1.365.231	1.737.237	3.102.468

Lucro por ação básico antes das receitas (despesas) especiais O lucro por ação antes das receitas e (despesas) especiais (básico) é baseado no lucro antes das receitas e (despesas) especiais atribuível aos acionistas da AmBev, e foi calculado como segue:

	Preferenciais	Ordinárias	2010 Total
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro	4.305	275	4.580
Ações emitidas por desdobramento	1.351.005	1.731.055	3.082.060
Efeito das opções de ações	4.305	275	4.580
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	1.351.005	1.731.055	3.082.060

Lucro por ação básico antes das receitas (despesas) especiais O lucro por ação antes das receitas e (despesas) especiais (diluído) é baseado no lucro antes das receitas e (despesas) especiais atribuível aos acionistas da AmBev, e foi calculado como segue:

	Preferenciais	Ordinárias	2010 Total
Lucro atribuível aos acionistas da AmBev	3.492,0	4.069,3	7.561,4
Receitas e (despesas) especiais, após o IRPJ, atribuível aos acionistas da AmBev	(56,3)	(65,6)	(121,8)
Lucro antes de Receitas e (despesas) especiais (básico) atribuível aos acionistas da AmBev	3.548,3	4.134,9	7.683,2

Lucro por ação básico antes das receitas (despesas) especiais O lucro por ação antes das receitas e (despesas) especiais (diluído) é baseado no lucro antes das receitas e (despesas) especiais atribuível aos acionistas da AmBev, e foi calculado como segue:



Moedas, Finem Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) Crédito Agroindustrial e Empréstimo do Governo Federal (EGF) e R\$200,0 relativos a Cédula de Crédito Bancário, sendo captado também nas subsidiárias um montante de R\$51,0 em Hila-ex e R\$121,6 em Quinsa. As liquidações de empréstimos no Brasil totalizaram R\$(385,0) referentes às linhas de crédito junto ao BNDES, Crédito Agroindustrial e EGF. Nas subsidiárias os montantes liquidados foram de R\$(204,9) em Hila-ex, R\$(254,6) em Quinsa e R\$(424,4) na Labatt.

A movimentação total de empréstimos também foi impactada pela redução no exercício de R\$(152,9) referente a variação cambial e variação do valor justo relacionadas aos *Bonds* 2011, 2013 e 2017. A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) taxa fixa para os *Bond* 2011, *Bond* 2013, *Bond* 2017 e Capital de Giro BRL (Labatt); (ii) Cesta de moedas (UMBNDDES) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; (iii) Certificados de Depósito Interbancário – CDI para as debêntures; e (iv) "Bankers' Acceptance Rate" (taxa de aceitação de bancos canadenses) para a dívida de sua subsidiária Labatt no Canadá. A Companhia tem como política efetuar *hedge* de 100% da suas dívidas em moeda estrangeira para a moeda local da operação tomadora. Em 31 de dezembro de 2010 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
	Não	Não	Não	Não
	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
Instrumentos de Dívida	Taxa média	Corrente	corrente	Corrente
Dívida denominada em USD				
taxa fixa	9,62%	884,3	886,7	–
Dívida cesta de moedas				
BNDES taxa fluante				
(UMBNDDES + Taxa média de pagamento)	1,81%	23,6	74,4	12,8
Dívida TJLP BNDES taxa fluante (TJLP + Taxa média de pagamento)	8,03%	157,8	604,5	153,6
Dívida em Reais – ICMS taxa fixa	2,69%	9,6	108,0	14,3
Dívida em reais – debêntures taxa fluante %CDI	102,50%	–	1.247,4	–
Dívida em Reais – taxa fixa	9,99%	271,7	66,7	85,0
Dívida em Reais – cré. agroindust. taxa fluante – TR	9,82%	–	–	100,0
Total		1.347,0	2.987,7	3.788,3

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
	Não	Não	Não	Não
	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
Instrumentos de Dívida	Taxa média	Corrente	corrente	Corrente
Dívida denominada em USD				
taxa fixa	9,62%	884,2	886,7	–
Dívida cesta de moedas				
BNDES taxa fluante				
(UMBNDDES + taxa média de pagamento)	1,81%	23,6	74,4	12,8
Dívida denominada em Reais taxa fixa	14,39%	716,6	473,1	–
Dívida denominada em CAD taxa fluante – BA	0,35%	–	300,8	–
Dívida denominada em CAD taxa fixa	7,50%	157,9	–	–
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	10,97%	108,8	66,6	363,5
Dívida denominada em USD taxa fixa	6,39%	230,1	100,0	73,2
Dívida TJLP BNDES taxa fluante (TJLP + Taxa média de pagamento)	8,03%	202,1	552,5	152,3
Dívida em Reais – ICMS taxa fixa	2,69%	9,6	111,2	14,3
Dívida em reais – debêntures taxa fluante %CDI	102,50%	–	1.247,5	–
Dívida em Reais – taxa fixa	9,99%	273,3	351,4	85,0
Dívida em Reais – cré. agroindust. taxa fluante – TR	9,82%	–	–	100,0
Total		2.606,2	4.164,2	801,1

	Controladora				
	Menos	Mais			
	Total	de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos
Empréstimos bancários com garantia	197,7	52,8	88,2	39,4	7,6
Empréstimos bancários sem garantia	1.001,0	400,4	218,8	227,2	154,6
Debêntures e Bonds emitidos	3.018,5	884,3	1.247,5	886,7	–
Outros empréstimos sem garantia	117,5	9,5	18,7	22,4	29,7
Total	4.334,7	1.347,0	1.573,2	1.175,7	191,9
	Menos	Mais			
	Total	de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos
Empréstimos bancários com garantia	227,6	52,8	96,3	48,1	20,7
Empréstimos bancários sem garantia	2.946,9	1.496,1	1.042,1	232,6	165,3
Debêntures e Bonds emitidos	3.303,2	884,3	1.247,4	886,7	–
Outros empréstimos sem garantia	278,6	167,4	21,9	22,4	29,7
Arrendamentos financeiros	14,1	5,6	8,3	0,2	–
Total	6.770,4	2.606,2	2.416,0	1.190,0	215,7

	Controladora				
	Menos	Mais			
	Total	de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos
Empréstimos bancários com garantia	144,1	52,2	38,8	27,6	25,5
Empréstimos bancários sem garantia	626,3	300,1	91,0	91,0	144,2
Debêntures e Bonds emitidos	3.187,7	2,4	998,4	1.247,1	939,8
Outros empréstimos sem garantia	195,9	11,0	23,8	23,7	38,4
Total	4.154,0	365,7	1.152,0	1.389,4	1.147,9
	Menos	Mais			
	Total	de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos
Empréstimos bancários com garantia	139,5	47,6	38,8	27,6	25,5
Empréstimos bancários sem garantia	3.285,0	728,8	878,4	617,2	853,8
Debêntures e Bonds emitidos	3.456,0	2,4	998,3	1.247,1	939,9
Outros empréstimos sem garantia	358,8	14,4	180,4	23,7	38,3
Arrendamentos financeiros	22,0	7,9	7,5	6,4	0,2
Total	7.261,3	801,1	2.103,4	1.922,0	1.857,7

Cláusulas contratuais ("Covenants")
As dívidas da Companhia têm direitos iguais de pagamento (cláusula *pari passu*), não havendo subordinação entre elas. No que se refere a garantias, exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nas quais são prestadas garantias reais sobre os refrigeradores adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia que prevêm algum tipo de garantia contemplam somente a prestação de garantia pessoal. Além disso, os contratos financeiros prevêm obrigações específicas (covenants), tais como:
• limitações referentes a realização de operações de fusão ou alienação de seus ativos;
• não constituição de garantias reais em novas operações de financiamento, exceto em alguns casos específicos, como, por exemplo, (i) dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro – incluindo o BNDES ou governos estrangeiros. Na hipótese de ocorrência de eventos previstos nas referidas cláusulas, é concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento, desde que não decorra de falta de pagamento. Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições). As dívidas da Companhia foram estruturadas de forma a não concentrarem vencimentos de valor significativo em um determinado ano e estão vinculadas a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) taxa fixa, para os *Bond* 2011, *Bond* 2013, *Bond* 2017 e Capital de Giro BRL (Labatt); (ii) Cesta de moedas (UMBNDDES) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para os empréstimos do BNDES; (iii) Certificados de Depósito Interbancário – CDI para as debêntures; e (iv) "Bankers' Acceptance Rate" (taxa de aceitação de bancos canadenses), para a dívida de sua subsidiária Labatt Brewing Company Limited no Canadá. A Companhia tem como política efetuar *hedge* de 100% da suas dívidas em moeda estrangeira para a moeda local da operação tomadora. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia atende aos compromissos contratuais de suas operações significativas de empréstimos e financiamentos.

25. Benefícios a Funcionários

A AmBev mantém benefícios pós-emprego como plano de previdência privada e assistência médica, odontológica e outros. De acordo com a IAS 19 e CPC 33 – *Benefícios a Funcionários*, os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão privados. Durante o exercício de 2010, a Companhia contribuiu com R\$6,7 (R\$7,4 em 2009) no Consolidado para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

A Companhia patrocina benefícios de aposentadoria, assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros para aposentados, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias.

O passivo líquido de benefícios de longo prazo e pós-emprego, em 31 de dezembro, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em milhões de reais				
Valor presente das obrigações custeadas	(992,2)	(888,0)	(3.325,9)	(2.997,6)
Valor justo dos ativos do plano	1.586,0	1.509,1	3.471,2	3.315,1
Valor presente de obrigações líquidas	593,8	621,1	145,3	317,5
Valor presente das obrigações não custeadas	(175,9)	(143,3)	(515,4)	(468,9)
Valor presente das obrigações líquidas	417,9	477,8	(370,1)	(151,4)
Custos de serviços passados não reconhecidos	–	–	1,4	2,7
Ativos não reconhecidos	(576,9)	(607,3)	(576,9)	(605,2)
Passivos	(159,0)	(129,5)	(945,6)	(753,9)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	–	–	0,3	(0,3)
Total dos benefícios a funcionários	(159,0)	(129,5)	(945,3)	(754,2)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial				
Passivos	(175,9)	(143,2)	(966,2)	(767,9)
Ativos	16,9	13,7	20,9	13,7
Passivos líquidos	(159,0)	(129,5)	(945,3)	(754,2)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em milhões de reais				
Obrigações com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.031,3)	(958,1)	(3.466,5)	(3.430,4)
Custo de serviços	(3,5)	(2,3)	(34,0)	(48,2)
Custo de juros	(106,4)	(99,1)	(253,3)	(252,8)
Novos ganhos e (perdas) unvested	(1,1)	–	(6,4)	5,5
Contribuições participantes do plano	–	–	(4,2)	–
Ganhos e (perdas) atuariais	(132,2)	(60,0)	(358,1)	(374,8)
Ganhos ou perdas relacionados a redução antecipada no plano de benefício definido.	–	–	–	22,2
Reclassificações	–	–	–	3,0
Diferenças cambiais	–	–	(11,9)	343,6
Benefícios pagos	106,4	88,2	293,1	265,4

Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro **(1.168,1) (1.031,3) (3.841,3) (3.466,5)**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em milhões de reais				
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.509,1	1.297,2	3.315,1	3.138,9
Retorno esperado	166,5	144,2	298,2	268,0
Ganhos e (perdas) atuariais	(1,2)	149,2	25,8	331,0
Contribuições da AmBev	4,4	12,4	108,8	103,3
Contribuições dos participantes do plano	1,1	0,9	4,2	4,0
Diferenças cambiais	–	–	12,7	(258,1)
Transferências	–	(6,6)	–	(6,6)
Benefícios pagos	(93,9)	(88,2)	(293,6)	(265,4)

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro **1.586,0 1.509,1 3.471,2 3.315,1**

O retorno esperado dos ativos em 2010 foi de um ganho de R\$22,4 na Controladora (ganho de R\$14,8 em 2009) e R\$30,2 no Consolidado (uma perda de R\$(15,2) em 2009). A despesa reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em milhões de reais				
Custos de serviços correntes	(3,5)	(1,4)	(34,0)	(28,6)
Custo de juros	(106,4)	(99,1)	(253,3)	(252,8)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	166,5	144,2	298,2	268,0
Custo amortizado de serviços passados	–	–	(7,6)	(14,4)
Novos ganhos e (perdas) <i>vested</i>	–	–	–	(15,5)
(Ganhos) ou perdas relacionados à redução antecipada no plano de benefício definido	–	–	–	39,6
Limitação de ativo	–	(59,5)	–	(59,5)
Total	56,6	(15,8)	3,3	(63,2)

As despesas com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em milhões de reais				
Custo de vendas	–	–	(17,3)	(24,3)
Despesas comerciais	–	–	(27,5)	(28,9)
Despesas administrativas	56,6	(15,8)	48,1	1,3
Outras receitas e despesas operacionais	–	–	–	(11,3)
Total	56,6	(15,8)	3,3	(63,2)

As premissas utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em milhões de reais				
Taxa de desconto	10,8%	10,8%	7,0%	10,5%
Aumentos de salários futuros	7,6%	7,1%	4,2%	3,5%
Aumentos de pensão futuros	4,5%	4,0%	2,9%	3,5%
Tendência de custo com plano de saúde	7,6% a.a. com redução 7,6%	7,1% a.a. com redução 7,1%	7,4% a.a. com redução 5,5%	12,3% a.a. com redução 8,2%
Tendência de custo com plano odontológico	7,6%	7,1%	4,5%	6,2%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	84	80
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	87	84

As premissas utilizadas no cálculo do custo periódico de pensão, líquido, estão apresentadas a seguir (1):

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Em milhões de reais				
Taxa de desconto	10,8%	10,8%	10,5%	8,1%
Retorno esperado sobre ativos do plano	11,5%	11,5%	8,8%	13,2%
Aumentos de salários futuros	7,1%	7,1%	3,5%	3,8%
Aumentos de pensão futuros	4,0%	4,0%	3,5%	2,4%
Tendência de custo com plano de saúde	7,1% a.a. com redução 7,1%	7,1% a.a. com redução 7,1%	12,3% a.a. com redução 8,2%	8,9% a.a. com redução 6,6%
Tendência de custo com plano odontológico	7,1%	7,1%	6,2%	4,6%

(1) Como as premissas incluem taxas nominais em diversas moedas, a Companhia converteu as taxas estrangeiras para o equivalente em reais, com base nas taxas de câmbio futuro para 2 anos. A média ponderada das premissas é calculada com base nessas equivalências em reais.

As premissas de tendências de custos com planos de saúde têm um efeito significativo nos valores reconhecidos no resultado. Uma mudança de um ponto percentual nas tendências de custos com planos de saúde teria os seguintes efeitos (note que um valor positivo refere-se a uma redução nas obrigações ou no custo, enquanto que um valor negativo refere-se a um aumento nas obrigações ou no custo):

	Controladora		Consolidado	
	Aumento de 100 pontos base	Redução de 100 pontos base	Aumento de 100 pontos base	Redução de 100 pontos base
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros e de planos de saúde	(8,3)	8,8	(4,5)	3,8
Efeito na obrigação do benefício definido para o custo médico	(47,8)	49,2	(41,1)	35,3

	Controladora		Consolidado	
	Aumento de 100 pontos base	Redução de		



Companhia de Bebidas das Américas – AmBev

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 02.808.708/0001-07 – NIRE 35.300.157.770

(i) As informações de 2010 são médias ponderadas dos planos concedidos em 2010, exceto pela estimativa de dividendos.

(ii) As informações de 2009 foram recalculadas considerando o desdobramento das ações em 17 de dezembro de 2010, conforme mencionado na nota 23 *Patrimônio Líquido*. Nos termos do programa de opções de 2010, o preço de exercício foi determinado através da média da cotação diária no exercício de 30 (trinta) dias anteriores à concessão da opção para as opções outorgadas até maio. Para concessões a partir de junho foi utilizada a cotação média do dia anterior a data de outorga. A volatilidade prevista é baseada em dados históricos dos últimos 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias. O modelo binomial de Hull presume que todos os funcionários exerceriam de imediato suas opções se o preço da ação da AmBev atingisse 2,5 vezes o preço de exercício.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

	2010	2009 (i)
<i>Em lotes de mil</i>		
Opções em aberto em 1º de janeiro	20.570	14.145
Opções outorgadas durante o exercício	6.625	8.155
Opções exercidas durante o exercício	525	610
Opções canceladas durante o exercício	417	1.120
Opções em aberto em 31 de dezembro	26.253	20.570
(i) As informações de 2009 foram recalculadas considerando o desdobramento das ações em 17 de dezembro de 2010, conforme mencionado na nota 23 – <i>Patrimônio Líquido</i> .		
A faixa de preços de exercício das opções em aberto vai de R\$11,29 a R\$46,80, e o prazo contratual médio remanescente é de cerca de 8,26 anos.		
Das 26.253 mil opções em aberto, 1.472 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2010. O preço médio de exercício ponderado das opções está demonstrado a seguir:		
<i>Em R\$ por ação</i>	2010	2009 (i)
Opções em aberto em 1º de janeiro	20,75	19,50
Opções outorgadas durante o exercício	40,94	24,44
Opções exercidas durante o exercício	11,95	11,47
Opções canceladas durante o exercício	19,31	19,87
Opções em aberto em 31 de dezembro	24,71	20,75
Opções exercíveis em 31 de dezembro	11,66	11,43
(i) As informações de 2009 foram recalculadas considerando o desdobramento das ações em 17 de dezembro de 2010, conforme mencionado na nota 23 – <i>Patrimônio Líquido</i> .		

Informações adicionais

Para liquidar opções de ações, a Companhia pode usar ações de tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frentes as outorgas concedidas nos Programas.

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB-InBev, cujo custo (*compensation cost*), está reconhecido diretamente no patrimônio líquido, conforme IFRS 3 revisado, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$87,2 e R\$83,0 na Controladora e R\$120,3 e R\$134,7 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 respectivamente.

27. Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Não correntes				
Fornecedores	186,9	25,1	190,3	25,5
Diferimento de impostos sobre vendas (i)	244,6	363,0	466,7	608,6
Impostos, taxas e contribuições	207,1	–	336,9	–
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	291,6	–	259,5	–
Contas a pagar – partes relacionadas	2.819,5	2.896,7	–	–
Outras contas a pagar	5,5	9,0	90,0	29,5
	3.755,2	3.293,8	1.343,4	663,6
	Controladora	Consolidado	2010	2009
Correntes				
Fornecedores e despesas provisionadas	2.459,9	1.858,5	4.530,0	3.567,8
Salários e encargos	237,6	232,5	423,7	432,9
Impostos indiretos a pagar	806,8	846,3	1.347,1	1.368,0
Diferimento de impostos sobre vendas (i)	67,6	5,2	69,8	6,9
Juros a pagar	76,1	55,2	105,5	93,3
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	285,6	517,5	398,1	666,2
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	122,9	49,3	143,7	67,3
Contas a pagar – partes relacionadas	735,2	844,6	–	–
Outras contas a pagar	1,3	8,2	125,0	77,5
	4.793,0	4.417,3	7.142,9	6.279,9

(i) Os saldos de diferimento de impostos sobre as vendas referem-se ao financiamento de ICMS com determinados Estados do Brasil como parte de programas de incentivos a indústria. As porcentagens diferidas podem ser fixas ao longo do programa ou variar regressivamente, desde 65% a 90% no primeiro ano e nos anos posteriores até o último chegando a percentuais a partir de 50%. Sendo os valores diferidos indexados parcialmente de 60% a 80% de um índice geral de preços ou taxas pré-fixadas.

28. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Reestruturação				
Saldo em 31 de dezembro 2009	603,5	603,5	603,5	603,5
Provisões constituídas	–	151,5	151,5	–
Provisões utilizadas	–	(87,1)	(87,1)	–
Provisões revertidas	–	(72,7)	(72,7)	–
Reclassificação (i)	–	(219,1)	(219,1)	–
Outros movimentos	–	2,4	2,4	–
Saldo em 31 de dezembro 2010	–	378,5	378,5	–

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Reestruturação				
Saldo em 31 de dezembro 2009	296,4	296,4	296,4	296,4
Corrente	82,1	82,1	82,1	82,1
Total	378,5	378,5	378,5	378,5

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Reestruturação				
Saldo em 31 de dezembro 2009	541,8	541,8	541,8	541,8
Corrente	61,7	61,7	61,7	61,7
Total	603,5	603,5	603,5	603,5

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Reestruturação				
Saldo em 31 de dezembro 2009	6,4	1.009,1	1.015,5	1.015,5
Efeito das variações nas taxas de câmbio	0,1	2,1	2,2	–
Provisões constituídas	28,1	188,7	216,8	–
Provisões utilizadas	(16,5)	(115,9)	(132,4)	–
Provisões revertidas	–	(142,7)	(142,7)	–
Reclassificação (i)	–	(374,8)	(374,8)	–
Outros movimentos	–	54,5	54,5	–
Saldo em 31 de dezembro 2010	18,1	621,0	639,1	–

(i) Refere-se a reclassificação da anistia federal para Contas a Pagar (não corrente e corrente), veja nota explicativa 27 – *Contas a Pagar*.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Reestruturação				
Saldo em 31 de dezembro 2009	531,2	536,1	536,1	536,1
Corrente	13,2	89,8	103,0	103,0
Total	18,1	621,0	639,1	639,1

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Reestruturação				
Saldo em 31 de dezembro 2009	916,5	919,3	919,3	919,3
Corrente	3,6	92,6	96,2	96,2
Total	6,4	1.009,1	1.015,5	1.015,5

Provisões compreende principalmente processos tributários e trabalhistas:

Principais processos com perda provável:

ICMS, IPI, PIS e COFINS

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros. Em 31 de dezembro de 2010, o valor relacionado a esses processos na Controladora e Consolidado é de R\$113,4 e R\$175,5 (R\$284,2 e R\$435,9 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em aproximadamente 4.440 processos trabalhistas e que são considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia ou suas subsidiárias como também ex-empregados de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. Em 31 de dezembro de 2010, o valor relacionado a processos trabalhistas na Controladora e Consolidado é de R\$175,6 e R\$224,3 respectivamente (R\$169,8 e R\$226,3 em 31 de dezembro de 2009).

Outros processos

A Companhia está envolvida em diversos processos ajuizados por ex-distribuidores principalmente no Brasil, os quais se referem principalmente a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Anistia federal

A Companhia aderiu à anistia federal, conforme facultado pela Lei 11.941/09, para alguns processos judiciais. Com isso, espera desembolsar na Controladora e Consolidado um montante aproximado de R\$219,1 e R\$374,8 respectivamente, em 180 meses. Foram reclassificados de provisões para processos tributários R\$219,1 e R\$374,8 Controladora e Consolidado, respectivamente, para "Impostos, taxas e contribuições a pagar", sendo o valor de R\$207,1 e R\$336,9 no passivo não corrente, R\$12,0 e R\$37,8 no passivo corrente – veja nota explicativa 27 – *Contas a pagar*.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na nota explicativa 32 – *Contingências*.

A expectativa de vencimento das provisões está demonstrada abaixo:

	Controladora		Mais de	
	1 ano ou menos	2-5 anos	2-5 anos	5 anos
Em milhões de reais				
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Cíveis	26,6	18,3	1,7	3,3
Imposto sobre vendas	113,4	12,7	20,1	40,3
Imposto de renda	7,1	0,8	1,3	2,5
Trabalhistas	175,6	50,3	25,1	50,1
Outros	55,8	–	11,2	22,3
Total	378,5	82,1	59,4	118,5

	1 ano ou menos		Consolidado		
	Total	2-5 anos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Em milhões de reais					
Reestruturação					
Reorganização não corrente	18,1	13,2	4,9	–	–
Total	18,1	13,2	4,9	–	–
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros					
Cíveis	39,8	5,5	6,9	13,7	13,7
Imposto sobre vendas	175,5	21,1	30,9	61,8	61,8
Imposto de renda	134,5	16,3	23,6	47,3	47,3
Trabalhistas	224,3	39,0	37,1	74,1	74,1
Outros	46,9	7,9	7,7	15,6	15,6
Total	621,0	89,8	106,2	212,5	212,5

A data de liquidação prevista foi baseada na melhor estimativa da Administração na data do balanço patrimonial.

29. Riscos Decorrentes de Instrumentos Financeiros

1) Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a AmBev executa suas operações. A Política abrange 4 pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos derivativos. Riscos existentes mas ainda não reconhecidos (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo exercício necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de preços, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos abaixo:

1.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco em moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps* e *non deliverable forwards*.

Risco de moeda estrangeira em atividades operacionais

Quando o risco de moeda estrangeira em compromissos firmes e operações previstas, a política da Companhia é a contratação de *hedge* operacional para operações cuja expectativa de realização é provável. A tabela abaixo demonstra as principais posições líquidas de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010. As posições em aberto são o resultado da aplicação da Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia. Valores positivos indicam que a Companhia está com a posição *long* (entradas líquidas de caixa futuros) na primeira moeda do par de moedas, enquanto valores negativos indicam que a Companhia está na posição *short* (as saídas líquidas de caixa futuros) na primeira moeda do par de moedas. A segunda moeda dos pares de moeda listada é a moeda funcional da filial relacionadas.

	2010		2009	
	Total Exposição	Total de Derivativos	Total Exposição	Total de Derivativos
Dólar / Real	(2.228,2)	2.228,2	(1.562,7)	1.562,7
Euro / Real	(63,9)	63,9	(48,5)	48,5
	(2.292,1)	2.292,1	(1.611,2)	1.611,2

	2010		2009	
	Total Exposição	Total de Derivativos	Total Exposição	Total de Derivativos
Dólar	–	–	–	–
Canadense/ Libra Esterlina	(30,4)	30,4	(37,3)	37,3
Euro/Real	(63,9)	63,9	(48,5)	48,5
Euro/Dólar	–	–	–	–
Canadense	(58,7)	58,7	(77,9)	77,9
Dólar/Quetzal	(14,3)	14,3	–	–
Dólar/Peso Argentino	(284,0)	284,0	(485,0)	485,0
Dólar/Peso Boliviano	(76,7)	76,7	(86,6)	86,6
Dólar/Real	(2.228,2)	2.228,2	(1.562,7)	1.562,7
Dólar/Dólar Canadense	(265,6)	265,6	(256,7)	256,7
Dólar/ Peso Chileno	(64,6)	64,6	(47,4)	47,4
Dólar/Guarani paraguaio	(62,2)	62,2	–	–
Dólar/Peso Uruguaio	(41,9)	41,9	(32,6)	32,6
Dólar/Soles Peruanos	(91,1)	91,1	(82,4)	82,4
Dólar/Peso Dominicano	(48,3)	48,3	–	–
	(3.329,9)	3.329,9	(2.717,1)	2.717,1

Em conformidade com a IAS 39 e CPC 38, estes instrumentos firmados em moeda estrangeira são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Risco de moeda estrangeira sobre investimentos líquidos em operações no exterior

A Companhia realiza operações de *hedge* para mitigar a exposição relacionada com parte de seus investimentos em operações estrangeiras. Segundo a IAS 39 e CPC 38, estes derivativos foram devidamente classificados como *hedge* de investimento líquido. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía operações no montante de R\$(615,2) com valor justo de R\$7,8.

1.2) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio ideal entre custo de captação e a rentabilidade das aplicações financeiras, tendo em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios.

Hedge sobre os Bonds (riscos de moeda estrangeira e taxa de juros sobre empréstimos em dólar norte-americanos)

Em dezembro de 2001, a AmBev emitiu 500 milhões de dólares norte-americanos em títulos estrangeiros (*Bond* 2011). Os juros de 10,5% deste *Bond* começaram a ser pagos semestralmente a partir de julho de 2002, com vencimento final em dezembro de 2011. Em setembro de 2003 a AmBev emitiu mais 500 milhões de dólares em títulos estrangeiros (*Bond* 2013), com juros de 8,75%, com juros pagos semestralmente desde março de 2004 e com vencimento final em setembro de 2013. Em julho de 2007 a AmBev International Finance Co. subsidiária da Companhia emitiu um *Bond* em real (*Bond* 2017), que tem juros de 9,5%, pagos semestralmente e com vencimento final em julho de 2017. A AmBev realizou operações de *swap* para controlar e reduzir o impacto das mudanças na taxa de câmbio dólar dos EUA e taxa de juros destas obrigações. Além disso, a AmBev contratou operações de *swap* para cobertura



Consolidado						
Ativos	Empres- mensurados e rece- bíveis	mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Man- tidos até o venci- mento	Dispo- nível para venda	Total
31 de dezembro de 2010						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Aplicações financeiras	-	1.068,3	-	41,7	168,0	1.278,0
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	4.479,6	-	-	-	-	4.479,6
Instrumentos financeiros derivativos	-	2,1	950,3	-	-	952,4
Caixa e equival. de caixa	5.909,3	-	-	-	-	5.909,3
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	51,8	51,8
Total	10.388,9	1.070,4	950,3	41,7	219,8	12.671,1

Controladora						
Ativos	Empres- mensurados e rece- bíveis	mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Man- tidos até o venci- mento	Dispo- nível para venda	Total
31 de dezembro de 2009						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Aplicações financeiras	-	-	-	-	16,1	16,1
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	3.251,7	-	-	-	-	3.251,7
Instrumentos financeiros derivativos	-	53,7	225,4	-	-	279,1
Caixa e equival. de caixa	1.416,6	-	-	-	-	1.416,6
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	57,6	57,6
Total	4.668,3	53,7	225,4	-	73,7	5.021,1

Consolidado						
Ativos	Empres- mensurados e rece- bíveis	mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Man- tidos até o venci- mento	Dispo- nível para venda	Total
31 de dezembro de 2009						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Aplicações financeiras	-	52,3	-	267,9	-	320,2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	4.400,3	-	-	-	-	4.400,3
Instrumentos financeiros derivativos	-	20,5	955,1	-	-	975,6
Caixa e equival. de caixa	4.042,9	-	-	-	-	4.042,9
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	60,2	60,2
Total	8.443,2	72,8	955,1	267,9	60,2	9.799,2

Controladora						
Ativos	Empres- mensurados e rece- bíveis	mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Man- tidos até o venci- mento	Dispo- nível para venda	Total
31 de dezembro de 2009						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Aplicações financeiras	-	52,3	-	267,9	-	320,2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	4.400,3	-	-	-	-	4.400,3
Instrumentos financeiros derivativos	-	20,5	955,1	-	-	975,6
Caixa e equival. de caixa	4.042,9	-	-	-	-	4.042,9
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	60,2	60,2
Total	8.443,2	72,8	955,1	267,9	60,2	9.799,2

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2010					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	4.334,7	-	-	4.334,7	
Instrumentos financeiros derivativos	-	32,1	545,1	577,2	
Fornecedores e outras obrigações	7.971,0	-	-	7.971,0	
Total	12.305,7	32,1	545,1	12.882,9	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2010					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	6.770,4	-	-	6.770,4	
Instrumentos financeiros derivativos	-	20,6	636,9	657,6	
Fornecedores e outras obrigações	7.828,7	-	-	7.828,7	
Total	14.599,1	20,6	636,9	15.256,7	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	4.153,9	-	-	4.153,9	
Instrumentos financeiros derivativos	-	67,1	450,4	517,5	
Fornecedores e outras obrigações	7.193,6	-	-	7.193,6	
Total	11.347,5	67,1	450,4	11.865,1	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	7.261,2	-	-	7.261,2	
Instrumentos financeiros derivativos	-	67,7	598,5	666,2	
Fornecedores e outras obrigações	6.277,2	-	-	6.277,2	
Total	13.538,4	67,7	598,5	14.204,6	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	4.153,9	-	-	4.153,9	
Instrumentos financeiros derivativos	-	67,1	450,4	517,5	
Fornecedores e outras obrigações	7.193,6	-	-	7.193,6	
Total	11.347,5	67,1	450,4	11.865,1	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	7.261,2	-	-	7.261,2	
Instrumentos financeiros derivativos	-	67,7	598,5	666,2	
Fornecedores e outras obrigações	6.277,2	-	-	6.277,2	
Total	13.538,4	67,7	598,5	14.204,6	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	4.153,9	-	-	4.153,9	
Instrumentos financeiros derivativos	-	67,1	450,4	517,5	
Fornecedores e outras obrigações	7.193,6	-	-	7.193,6	
Total	11.347,5	67,1	450,4	11.865,1	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	7.261,2	-	-	7.261,2	
Instrumentos financeiros derivativos	-	67,7	598,5	666,2	
Fornecedores e outras obrigações	6.277,2	-	-	6.277,2	
Total	13.538,4	67,7	598,5	14.204,6	

Controladora					
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Deriva- tivos usados para hedge	Total		
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	7.261,2	-	-	7.261,2	
Instrumentos financeiros derivativos	-	67,7	598,5	666,2	
Fornecedores e outras obrigações	6.277,2	-	-	6.277,2	
Total	13.538,4	67,7	598,5	14.204,6	

Controladora					
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total		
Ativos Financeiros					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.067,5	82,0	-	1.149,5	
Derivativos – Hedge de Valor Justo	-	174,8	-	174,8	
Derivativos – Hedge de Investimento	7,8	-	-	7,8	
Total	1.075,3	256,8	-	1.332,1	

Controladora					
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total		
Passivos Financeiros					
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	32,1	-	32,1	
Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa	23,3	(0,1)	-	23,2	
Derivativos – Hedge de Valor Justo	(5,0)	526,9	-	521,9	
Total	18,3	558,9	-	577,2	

Controladora					
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total		
Ativos Financeiros					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.069,6	0,8	-	1.070,4	
Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa	159,6	627,4	-	787,0	
Derivativos – Hedge de Valor Justo	-	155,5	-	155,5	
Derivativos – Hedge de Investimento	7,8	-	-	7,8	
Total	1.237,0	783,7	-	2.020,7	

Controladora					
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total		
Passivos Financeiros					
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(1,0)	21,6	-	20,6	
Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa	23,3	36,6	-	59,9	
Derivativos – Hedge de Valor Justo	48,0	529,1	-	577,1	
Total	70,3	587,3	-	657,6	

Controladora					
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total		
Ativos Financeiros					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.069,6	0,8	-	1.070,4	
Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa	159,6	627,4	-	787,0	
Derivativos – Hedge de Valor Justo	-	155,5	-	155,5	
Derivativos – Hedge de Investimento	7,8	-	-	7,8	
Total	1.237,0	783,7	-	2.020,7	

Controladora					
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total		
Passivos Financeiros					
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(1,0)	21,6	-	20,6	
Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa	23,3	36,6	-	59,9	
Derivativos – Hedge de Valor Justo	48,0	529,1	-	577,1	
Total	70,3	587,3	-	657,6	

Nível 1 – Preços cotados (sem ajuste) em mercados;
Nível 2 – Outros dados além daqueles cotados em mercado (nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos direta (por exemplo, preços em mercados ativos) ou indiretamente (por exemplo, técnicas derivadas de valorização que utilizam dados de mercados ativos); e
Nível 3 – Dados para precificação não presentes em mercados ativos. Não há instrumentos classificados nesta categoria.

2.1) Instrumentos financeiros – Derivativos
Para atingir seus objetivos, a Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos de câmbio, juros e commodities. Os instrumentos derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções de compra. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo, conforme demonstrado abaixo:

i) *Hedge financeiro* – operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. Os derivativos utilizados para proteger os riscos relacionados aos *Bonds* 2011, 2013 e 2017 foram designados como instrumentos de *Hedge* de Valor Justo. Dessa forma, seus resultados, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada exercício de apuração no resultado financeiro. Os derivativos utilizados para proteger os riscos relacionados ao *Bond* da Quinsa com vencimento em 2012 e o empréstimo da Labatt em Reais foram designados como instrumentos de *Hedge* de Fluxo de Caixa. O resultado destas operações, apurados pelo seu valor justo, são alocados em conta do patrimônio líquido e reconhecidas na demonstração do resultado no mesmo exercício durante o qual o risco (objeto de hedge) impacta a demonstração do resultado (por exemplo, quando a despesa com juros variável é reconhecida) até o momento do reconhecimento do item protegido,

quando os resultados acumulados são alocados na conta contábil correspondente.
ii) *Hedge operacional* – operações contratadas com o propósito de minimizar a exposição, após eventuais efeitos fiscais, da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos. Todos os derivativos alocados nesta estratégia são designados como instrumentos de *Hedge* de Fluxo de Caixa. Dessa forma, os resultados líquidos destas operações, apurados pelo seu valor justo, são alocados em conta do patrimônio líquido até o momento do reconhecimento do item protegido, quando os resultados acumulados são alocados na conta contábil correspondente.
iii) *Hedge fiscal* – operações contratadas com o objetivo de minimizar o impacto fiscal no Brasil do efeito cambial proveniente de operações entre a Companhia e suas subsidiárias localizadas no exterior. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém operações, cuja a variação cambial tem efeitos tributários assimétricos. Essas operações compreendem principalmente contratos de mútuo e títulos de dívida lançados no exterior, em um montante total de US\$1.508,6 equivalentes a R\$2.507,2. Buscando eliminar os efeitos desta assimetria tributária a Companhia contratou instrumentos derivativos cujos resultados provenientes são mensurados conforme seu valor justo e são reconhecidos seguindo o Regime de Competência, em cada exercício de apuração, na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social.
iv) *Hedge* de investimento – operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de tradução de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocado no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividades este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os montantes contratados destes instrumentos derivativos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no ano estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	2010	2009	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Hedge Operacional						
Moeda Estrangeira	2.228,2	1.155,2	-	(23,3)	-	(1,6)
Moeda Estrangeira	-	707,5	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	63,9	48,5	-	(8,3)	-	-



Finalidade / Risco / Instrumento		2011	2012	2013	2014	>2014	Consolidado Valor Nocial
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	2.228,2	–	–	–	–	2.228,2
Moeda Estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	623,5	–	–	–	–	623,5
Moeda Estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	448,2	30,1	–	–	–	478,3
<i>Commodity</i>	Contratos Futuros	231,2	40,0	–	–	–	271,2
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	403,3	4,2	–	–	–	407,5
Hedge Operacional		3.934,4	74,3	–	–	–	4.008,7
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	(1.003,8)	0,4	–	–	–	(1.003,4)
Moeda Estrangeira	<i>Swaps</i>	833,1	–	833,1	–	–	1.666,2
Moeda Estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	775,6	559,9	–	–	–	1.335,5
Taxas de Juros	Contratos Futuros	444,9	(772,3)	(999,7)	(201,6)	(187,4)	(1.716,2)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	(279,7)	166,1	–	–	–	186,4
Hedge Financeiro		770,1	(45,9)	(166,6)	(201,6)	112,6	468,5
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	24,5	–	–	–	–	24,5
Moeda Estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	(1.193,0)	–	–	–	–	(1.193,0)
Hedge Fiscal		(1.168,5)	–	–	–	–	(1.168,5)
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	(615,3)	–	–	–	–	(615,3)
Hedge de Investimento		(615,3)	–	–	–	–	(615,3)
Total Derivativos		2.920,7	28,4	(166,6)	(201,6)	112,6	2.693,4

Análise de Sensibilidade

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em 3 (três) cenários que poderão gerar impactos e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário Base: manutenção dos níveis de preço de câmbio, juros e *commodities* nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2010.

2 – Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente aos cenários mencionados acima, a Companhia utiliza o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico para mensurar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos. O VaR é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias, os quais estão apresentados em módulo, conforme tabela a seguir:

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Risco	Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto	Controladora VaR (R\$)
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Desvalorização do Dólar	(23,3)	(29,1)	(34,9)	266,4
Moeda Estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	Desvalorização do Dólar e do Euro	(8,3)	(10,3)	(12,4)	4,5
Hedge Operacional						
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Valorização do Dólar	90,3	67,7	45,1	121,1
Moeda Estrangeira	<i>Swaps</i>	Desvalorização do Dólar	(400,6)	(500,7)	(600,9)	201,1
Taxas de Juros	Contratos Futuros	Aumento da Taxa de Juros	(14,7)	(18,4)	(22,1)	49,0
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	Aumento da Taxa de Juros	16,8	12,6	8,4	7,5
Hedge Financeiro						
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Valorização do Dólar	(0,8)	(0,9)	(1,1)	3,0
Moeda Estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	Valorização do Dólar	20,1	15,1	10,1	144,0
Hedge Fiscal						
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Valorização do Dólar	7,8	5,9	3,9	74,3

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Risco	Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto	Controladora VaR (R\$)
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Desvalorização do Dólar	(23,3)	(29,1)	(34,9)	266,4
Moeda Estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	Desvalorização do Dólar e do Euro	4,6	3,5	2,3	69,6
Moeda Estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	Desvalorização do Dólar e do Euro	(13,6)	(17,0)	(20,4)	53,2
<i>Commodity</i>	Contratos Futuros	Desvalorização das <i>Commodities</i>	117,3	88,0	58,7	37,8
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	Desvalorização das <i>Commodities</i>	50,9	38,2	25,5	57,4
Hedge Operacional						
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Valorização do Dólar	2,7	2,0	1,4	121,1
Moeda Estrangeira	<i>Swaps</i>	Desvalorização do Dólar	(395,7)	(500,7)	(600,9)	201,1
Moeda Estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	Desvalorização do Dólar e do Euro	511,1	389,7	259,8	154,7
Taxas de Juros	Contratos Futuros	Aumento da Taxa de Juros	(14,7)	(18,4)	(22,1)	49,0
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	Aumento da Taxa de Juros	28,4	21,3	14,2	0,9
Hedge Financeiro						
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Valorização do Dólar	(0,8)	2,9	1,9	3,0
Moeda Estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	Valorização do Dólar	20,1	8,9	5,9	144,0
Hedge Fiscal						
Moeda Estrangeira	Contratos Futuros	Valorização do Dólar	7,8	5,9	3,9	74,3

Além de apresentarmos os efeitos possíveis nos resultados individuais das operações de derivativos, apresentamos na análise os efeitos das operações de derivativos contratadas para proteção patrimonial em conjunto com os objetos de *hedge* de cada transação.

Transação	Risco	Controladora		
		Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge Cambial</i>	Desvalorização do Dólar e Euro	763,2	954,0	1.144,8
Compras de Insumos		(763,2)	(954,0)	(1.144,8)
<i>Hedge Cambial</i>	Desvalorização do Dólar e Euro	(794,8)	(993,4)	(1.192,1)
Compra de <i>Capex</i>		794,8	993,4	1.192,1
Hedge Operacional		(31,5)	(39,4)	(47,3)
Compra Operacionais		31,5	39,4	47,3
Efeito Líquido		–	–	–
<i>Hedge Cambial</i>	Valoriz. de Moeda Estrangeira	(310,3)	(433,0)	(555,7)
Dívida Líquida		310,3	433,0	555,7
<i>Hedge de Juros</i>	Aumento da Taxa de Juros	2,1	5,8	13,7
Despesa com Juros		(2,1)	(5,8)	(13,7)
Hedge Financeiro		(308,3)	(427,2)	(542,1)
Dívida Líquida e Juros		308,3	427,2	542,1
Efeito Líquido		–	–	–
<i>Hedge Cambial</i>	Valorização do Dólar	19,4	14,1	8,9
Despesas Fiscais		(19,4)	(14,1)	(8,9)
Hedge Fiscal		19,4	14,1	8,9
Despesas Fiscais		(19,4)	(14,1)	(8,9)
Efeito Líquido		–	–	–
<i>Hedge Cambial</i>	Valorização do Dólar	7,8	5,9	3,9
Despesas Fiscais		(7,8)	(5,9)	(3,9)
Hedge de Investimento		7,8	5,9	3,9
Despesas Fiscais		(7,8)	(5,9)	(3,9)
Efeito Líquido		–	–	–

Transação	Risco	Consolidado		
		Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge Cambial</i>	Desvalorização do Dólar e Euro	762,5	950,8	1.139,2
Compras de Insumos		(762,5)	(950,8)	(1.139,2)
<i>Hedge Commodities</i>	Queda no Preço das <i>Commodities</i>	168,2	126,2	84,1
Compra de Insumos		(168,2)	(126,2)	(84,1)
<i>Hedge Cambial</i>	Desvalorização do Dólar e Euro	(794,8)	(993,4)	(1.192,1)
Compra de <i>Capex</i>		794,8	993,4	1.192,1
Hedge Operacional		136,0	83,6	31,1
Compra Operacionais		(136,0)	(83,6)	(31,1)
Efeito Líquido		–	–	–
<i>Hedge Cambial</i>	Valorização de Moeda Estrangeira	118,0	109,3	336,7
Dívida Líquida		(118,0)	(109,3)	(336,7)
<i>Hedge de Juros</i>	Aumento da Taxa de Juros	13,7	2,9	7,9
Despesa com Juros		(13,7)	(2,9)	(7,9)
Hedge Financeiro		131,7	112,2	344,6
Dívida Líquida e Juros		(131,7)	(112,2)	(344,6)
Efeito Líquido		–	–	–
<i>Hedge Cambial</i>	Valorização do Dólar	19,4	14,1	8,9
Despesas Fiscais		(19,4)	(14,1)	(8,9)
Hedge Fiscal		19,4	14,1	8,9
Despesas Fiscais		(19,4)	(14,1)	(8,9)
Efeito Líquido		–	–	–
<i>Hedge Cambial</i>	Valorização do Dólar	7,8	5,9	3,9
Despesas Fiscais		(7,8)	(5,9)	(3,9)
Hedge de Investimento		7,8	5,9	3,9
Despesas Fiscais		(7,8)	(5,9)	(3,9)
Efeito Líquido		–	–	–

Auração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia
Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2010 um montante de R\$159,0 na Controladora e R\$218,6 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes a caixa (R\$71,7 na Controladora e R\$79,0 no Consolidado em 31 de dezembro de 2009).

2.2) Instrumentos financeiros de dívidas
Os passivos financeiros da Companhia representados principalmente pelas operações de emissão de títulos de dívida e debêntures estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício. Já, os *Bonds* emitidos pela AmBev com vencimento em 2011, 2013 e 2017 são designados como itens objeto de *hedge* de valor justo, como tal, as variações do valor justo dos fatores de risco protegidos por *hedge* são reconhecidas no resultado em contrapartida ao valor das respectivas dívidas.

Caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de seus passivos financeiros a valor de mercado, teria apurado uma perda adicional, antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, de aproximadamente R\$(129,0) na Controladora e R\$(266,5) no Consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R\$(97,8) na Controladora e R\$144,0 no Consolidado em 31 de dezembro de 2009), conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Contábil	Mercado	Dife- rença	Contábil	Mercado	Dife- rença
Passivo financeiro						
Crédito Agroindustrial	100,0	100,0	–	185,0	185,0	–
BNDES/CCB	1.098,7	1.098,7	–	585,6	585,6	–
Bond 2011	884,3	898,6	(10,4)	1.000,8	1.010,8	(10,0)
Bond 2013	886,7	980,6	(93,9)	939,8	1.009,9	(70,1)
Debêntures	1.247,5	1.272,2	(24,7)	1.247,1	1.264,8	(17,7)
Incentivo Fiscal	117,6	117,6	–	195,6	195,6	–
	4.334,8	4.463,7	(129,0)	4.153,9	4.251,7	(97,8)

	Controladora			Consolidado		
	Contábil	Mercado	Dife- rença	Contábil	Mercado	Dife- rença
Passivo financeiro						
Capital de Giro R\$(Labatt)	1.189,6	1.300,9	(111,3)	1.897,9	1.627,5	270,4
Sindicato de Bancos (CAD)	300,8	300,8	–	156,7	156,6	–
TBS (CAD) (I)	157,9	168,2	(10,3)	–	–	–
Financiamentos internacionais (outras moedas)	453,9	453,9	–	760,7	760,7	–
Crédito Agroindustrial	100,0	100,0	–	185,0	185,0	–
BNDES/CCB	1.130,1	1.130,1	–	583,4	583,4	–
Bond 2011	884,3	894,6	(10,4)	998,3	1.010,8	(12,5)
Bond 2013	886,7	980,6	(93,9)	939,8	1.009,9	(70,1)
Bond 2017	284,8	300,7	(15,9)	268,3	294,4	(26,1)
Debêntures	1.247,5	1.272,2	(24,7)	1.247,1	1.264,8	(17,7)
Incentivo Fiscal	120,8	120,8	–	202,0	202,0	–
Arrendamentos financeiros	14,1	14,1	–	21,9	21,9	–
	6.770,5	7.036,9	(266,5)	7.261,1	7.117,0	144,0

(i) Notas de Títulos Privados firmados pela *The Beer Store (TBS)* e consolidadas proporcionalmente pela Labatt Canadá em dólares canadenses.

O critério utilizado para apuração do valor de mercado dos títulos de dívida foi com base em cotações de corretores de investimento, em cotações dos bancos que prestam serviços à AmBev e no valor de mercado secundário dos títulos na data-base de 31 de dezembro de 2010, sendo de aproximadamente 107,36% do valor de face para a *Bond* 2011, 117,68% para o *Bond* 2013, 100,23% para o *Bond* 2017 e 101,98% para as Debêntures 2012 (116,11% para o *Bond* 2011, 116,00% para o *Bond* 2013, 98,14% para o *Bond* 2017 e 99,33% para as Debêntures 2012 em 31 de dezembro de 2009).

Gerenciamento de Capital
AmBev está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando a maximizar valor aos acionistas, mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a AmBev não está sujeita a quaisquer requerimento de capital imposto externamente. Ao analisar a estrutura de capital da AmBev a empresa utiliza a mesma dívida / classificações de capital aplicado no relatório da empresa.

30. Arrendamento Operacional

O vencimento das parcelas dos arrendamentos operacionais está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Menos de 1 ano	–	–	31,4	43,8
De 1 a 5 anos	–	–	132,0	130,3
Mais de 5 anos	–	–	79,0	93,7
	–	–	242,4	267,8

Em 2010, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$18,4 no resultado do exercício (R\$46,5 em 2009).

A Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas de escritório. O arrendamento é feito normalmente para um exercício de 5 a 10 anos, com opção de renovação após essa data.

31. Garantias, Obrigações Contratuais para Aquisição de Imobilizado, Adiantamento de Clientes e Outros.

